

Tribuna Operária

da Luta

ANO VI - Nº 228 - DE 5 A 11 DE AGOSTO DE 1985

Cr\$ 1200

Cidade e campo se unem pela reforma agrária



No Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais, os trabalhadores urbanos foram às ruas dia 26 junto com seus irmãos do campo, convocados pela Conclat, lutar pela plena aplicação dos planos de reforma agrária da Nova

República. As manifestações, início de um movimento decisivo para a reforma agrária, e uma entrevista exclusiva do presidente da Contag, José Francisco, na pág. 10.

Por que é um mau negócio aceitar o semestral do BNH

Uma "Cartilha do Mutuário", lançada no Rio Grande do Sul, explica que a opção oferecida pelo sistema esconde uma armadilha. Veja na página 6

Como esquecer?

“Esqueçam o passado”. É a mensagem que por várias formas os generais tentam transmitir atualmente. Aliás o próprio Figueiredo já tinha dito “me esqueçam” ao terminar seu mandato. Mas ao mesmo tempo, os militares trabalham para que as concepções reacionárias que orientaram o regime militar nos últimos 21 anos continuem vigorando no país. Interessam-se apenas em esconder os aspectos do passado que os incriminam, pretendem evitar que o povo discuta o papel nocivo do militarismo na nossa história, visam impedir que a Nova República rompa com o velho sistema e realize de fato a transição democrática.

A nação reclama pela legalização de todos os partidos políticos. Mas o general Euclides Figueiredo, rancoroso defensor do fascismo, que ocupa hoje o cargo de comandante e diretor da Escola Superior de Guerra, declara cinicamente que a doutrina da ESG “não tolera” os partidos clandestinos. O Brasil inteiro repudia o repugnante assassinato de Alexandre Baumgarten e exige a apuração de toda a trama e punição dos responsáveis. Mas o general Newton Cruz, com as mãos sujas de sangue, berra que mexer nestas coisas é revanchismo. Posa de anjo e de vítima.

Os pronunciamentos destes viúvos da ditadura têm endereço político certo. Visam o próprio presidente da República, que já declarou publicamente a necessidade de se apurar os crimes cometidos e mostrou o PC do B e outros partidos até há pouco mantidos na ilegalidade, como integrantes da Aliança Democrática que sustenta o governo.

Na medida em que o povo e o governo debatem as saídas para a crise, afloram os desmandos, as traições e a corrupção que campearam durante o período de tutela dos generais. A construção da democracia significa fatalmente o julgamento e condenação da ditadura.

Vem então o próprio ministro

do Exército, general Leônidas Gonçalves dizer que “as incompreensões do passado devem ser esquecidas”. Quer dizer que o monstruoso atentado do Riocentro, a morte de Vladimir Herzog e de mais de duas centenas de patriotas nas salas de tortura devem, a partir de agora, serem considerados como meras “incompreensões”? Serão também incompreensões os acordos nucleares Brasil-Alemanha? Nesta mesma categoria estarão igualmente as mutretas bilionárias da Coroa Brastel, assim como a política entreguista que nos deixou uma dívida de 100 bilhões de dólares?

O general Leônidas ainda acrescenta: “O Exército sempre correspondeu às aspirações nacionais” e que: “Nós jamais nos envolvemos onde não fomos chamados”. Seria bom então explicar quem chamou a tropa para depor o governo legalmente constituído em 1964, rasgar a Constituição e impor durante duas décadas governos ilegítimos, a serviço do capital estrangeiro. Logo após o golpe de 1º de abril, dizia-se que o chamado partiu do sr. Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil. De qualquer forma, pela heroica resistência oferecida pelo povo à ditadura, sabe-se seguramente que não foram os trabalhadores brasileiros os autores deste apelo tão oportuno e desastroso. Mas as multinacionais lucraram muito com ele.

Não levantamos estes assuntos por amor à polêmica. Como estamos em processo de preparação da Constituinte, é urgente estudar estas coisas. A Constituição trata em primeiro lugar do poder estatal e das normas de funcionamento do país. Deve portanto adotar formulações muito claras e incisivas, para impedir que os generais voltem a se intrometer na vida pública, contra os interesses da nação e do povo. Temos que analisar este passado tenebroso para descobrir um futuro de progresso e liberdade.

Governo recua diante da greve na Previdência

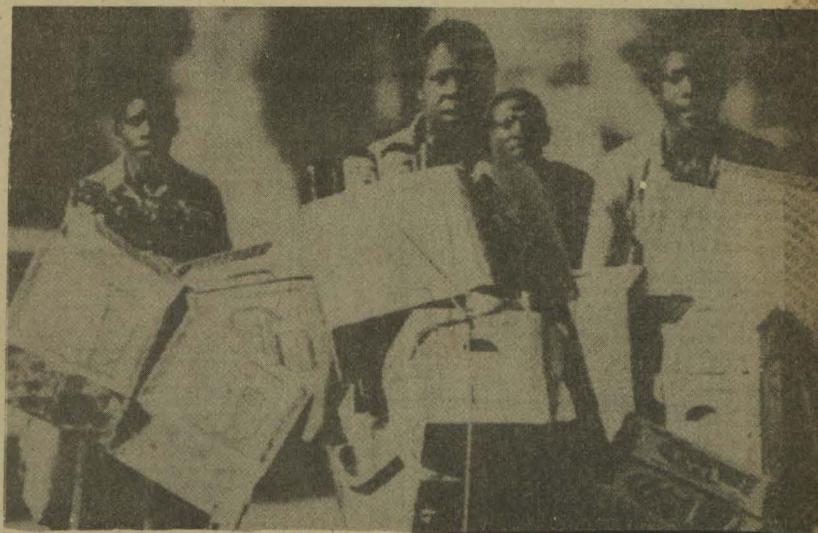
Após quatro semanas de um movimento ditado pela fome, que se espalhou por 16 Estados, o ministro Waldir Pires se compromete a atender algumas das exigências dos grevistas. Pág. 7

PT já perdeu 50% dos seus parlamentares

Os deputados Liszt Vieira e Lúcia Arruda foram os últimos a deixarem o partido, somando-se a outros cinco parlamentares estaduais e três federais. P.3

Posseiros do Araguaia limpam seu Sindicato

Caiu o pelego Bertoldo, protegido das forças antiguerilha. Pág. 10



Negros sul-africanos, as maiores vítimas da violência e da exploração.

A quem interessa o regime do apartheid?

O povo sul-africano luta contra o governo racista. Mas o capital americano financia o apartheid. Pág.2

Cruz se incrimina ao atacar testemunha

O general Newton Cruz, possesso de raiva, caiu em contradição diante da imprensa ao tentar se safar do caso Baumgarten. Pág.4



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Camargo

Imperialistas apóiam "apartheid"

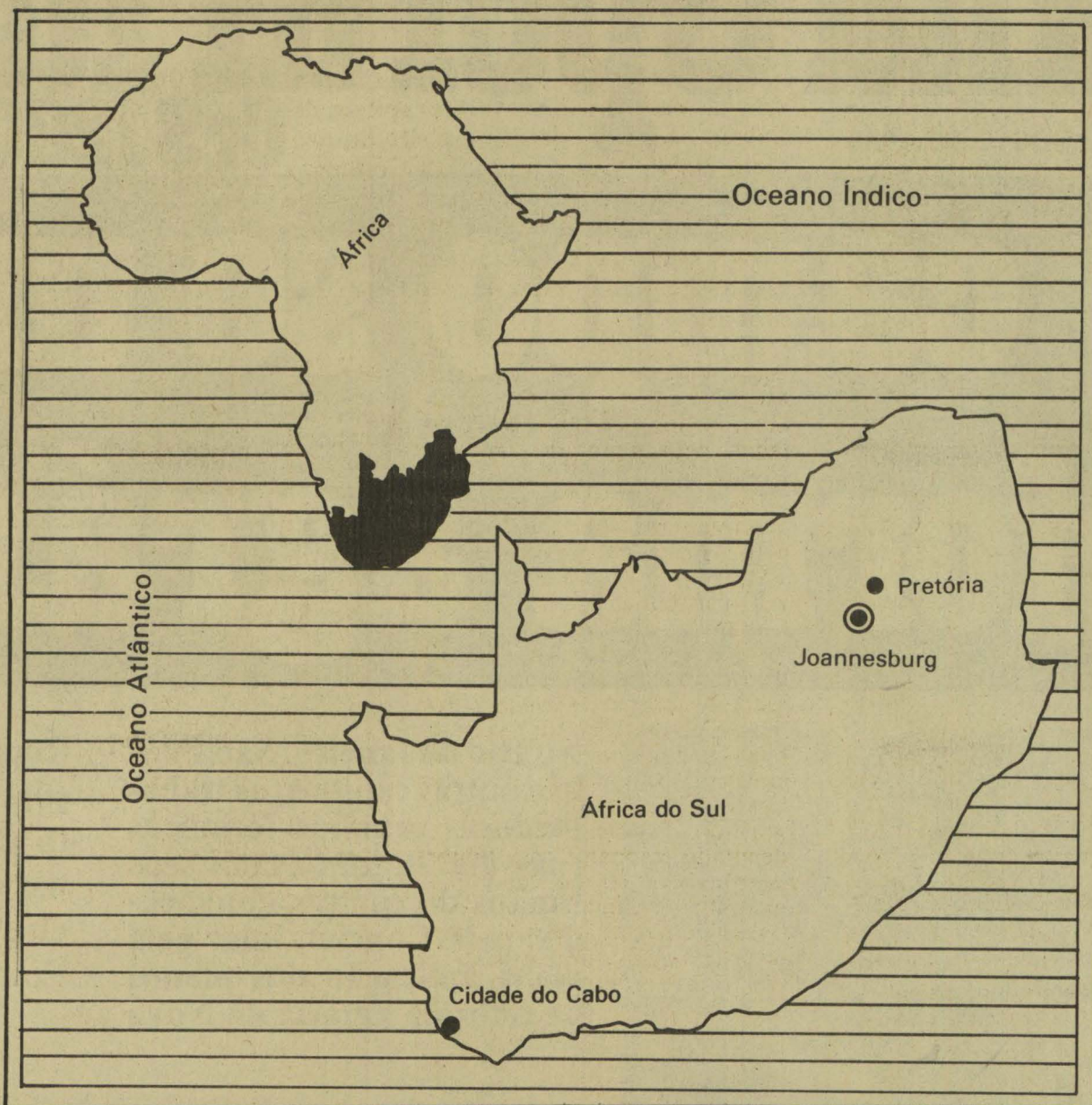
Mais de mil presos, dezenas de mortos. Este o resultado imediato da decretação de "estado de emergência" pelo regime racista de Pieter Botha na África do Sul. Os conflitos entre racistas e negros continuam crescendo. Agora a ONU, a pedido da França, aprovou "sanções econômicas voluntárias" contra o *apartheid*. As sanções funcionarão?

A resolução aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, dia 26, representa uma derrota política para o governo sul-africano. A selvageria dos racistas contra a população negra, mestiça e de origem asiática na África do Sul está sendo repudiada em todo o mundo. Pressionados pela indignação que toma conta dos povos frente ao *apartheid*, Estados Unidos e Grã Bretanha abstiveram-se na votação que aprovou as sanções voluntárias na ONU - não sem antes vetar as sanções obrigatórias...

PAÍS ESTRATÉGICO

A África do Sul é um país estratégico para os imperialistas. Terceiro produtor de minérios do mundo (depois dos Estados Unidos e União Soviética), o país é o primeiro produtor de diamante, ouro e platina; possui a maior reserva conhecida de manganês - do qual é o segundo produtor no mundo; e é responsável por 13 mil, das 74 mil toneladas de urânio previstas para serem produzidas no globo neste ano. Todos esses minérios têm aplicação militar. O maior parque industrial do continente, a África do Sul ainda exporta lã e milho.

Os projetos guerreiros dos Estados Unidos incluem o país de Botha. A África do Sul integra os planos globais da OTAN; controla a rota do Cabo (por onde passam perto de 30 mil navios e é fundamental para o fluxo de petróleo). Seus sistemas de radar e rádio, instalados numa mina de prata abandonada, tinham em 1975 um raio de ação de 2 mil milhas náuticas (controla o hemisfério sul) e suas bases aéreas, navais



e marítimas (que se estendem do Cabo da Boa Esperança até a ilha de Guan) participam do controle dos territórios africanos, asiáticos e árabes.

"ENGAJAMENTO-CONSTRUTIVO"

É essa realidade que leva o governo Reagan a defender o "engajamento construtivo" com os racistas sul-africanos. O imperialismo ianque alardeia que é melhor colaborar com o *apartheid* para mudá-lo por dentro, do que exercer pressões externas. Mas na verdade o apoio de Reagan à discriminação e exploração brutal dos negros leva o governo sul-africano a medidas cada vez mais repressivas.

Desde que Reagan assumiu a Casa Branca, os investimen-

tos norte-americanos na África do Sul saltaram de 5,2 bilhões de dólares para 15 bilhões de dólares! Ao mesmo tempo Washington aciona seus agentes internacionais, como Israel, para estreitarem relações com o regime do *apartheid* e desenvolverem projetos militares e econômicos conjuntos.

Integrada ao sistema imperialista, a África do Sul defende com zelo os interesses capitalistas no continente africano. Por isso seus negócios com a Inglaterra, Japão, Suíça e os EUA estão em franco desenvolvimento. Daí a Grã Bretanha e os EUA terem vetado as sanções obrigatórias, propostas pela França no Conselho de Segurança da ONU. Por outro

lado, a violência crescente de Botha contra os negros tem se refletido na condenação geral do *apartheid*. Mesmo o Partido Republicano, de Reagan, tem sentido o reflexo desse repúdio popular. Recentemente senadores republicanos apoiaram um projeto de sanções econômicas à África do Sul no Congresso norte-americano. Isso levou Reagan a não apelar para seu poder de veto em relação às sanções voluntárias.

Embora represente um desgaste político importante para os racistas de Pretória, a resolução da ONU certamente não condenará o *apartheid* ao isolamento internacional. Afinal, já em 1977 a ONU aprovou resolução vetando a venda de armas para a África

OPINIÃO

Romper laços com a África do Sul

O governo José Sarney emitiu uma nota, através do Itamaraty, deplorando os crimes que estão sendo cometidos pelo governo de Pieter Botha na África do Sul. É salutar, mas é possível fazer mais do que isto. O Brasil, por sua própria formação, tem uma dívida histórica com as comunidades negras africanas. Também em nosso país os negros foram submetidos às mais bárbaras atrocidades e escravizados.

Agora que nos livramos dos algozes militares que dominavam nossa pátria e estamos construindo a Nova República, é preciso que a política externa brasileira espelhe o sentimento de solidariedade de nossa gente em relação ao povo irmão sul-africano. Não há o que justifique o Brasil continuar somente com notas formais de protesto. Nosso país tem o dever, junto ao povo sul-africano, de ser um dos "voluntários" a aplicar as sanções econômicas aprovadas pela ONU. Que o Brasil rompa suas relações com o governo racista do *apartheid*. E que se aproxime, que estreite seus laços com o povo da África do Sul, em justa luta contra a discriminação odiosa.

do Sul. Mas Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha Federal, Itália, França e Israel continuam armando os racistas liderados por Botha.

A França, que tomou a iniciativa do boicote econômico, participa em apenas 5% do comércio externo sul-africano. Grã Bretanha, que tem 35% desse comércio, e EUA, com 20%, repudiam o boicote. Reagan prefere fazer pressões sobre a Nicarágua, que não é racista, mas é progressista - o que o chefe do imperialismo ianque não pode aceitar.

Condenado por escrever uma carta na Iugoslávia

Krist Gojani, de 19 anos, natural de Kossova - região albanesa na Iugoslávia - foi condenado a 60 dias de prisão pelo tribunal de Klina. Seu crime: enviou uma carta à Assembléia Popular da Albânia lamentando a morte do dirigente comunista Enver Hoxha. A polícia secreta conseguiu apreender a carta antes que fosse colocada no correio!

Estranhamente, o próprio governo iugoslavo havia enviado mensagem de condolências Albânia pela morte de Enver Hoxha. Mas os albaneses submetidos ao regime revisionista instaurado por Tito vão para a prisão por se entristecerem com a morte do líder de seu povo...

Balança comercial abala a China

A China, alarmada com o desequilíbrio de sua balança comercial, decidiu restringir a importação de certos bens de consumo para diminuir o déficit comercial de mais de 3 bilhões de dólares do primeiro semestre deste ano.

Segundo o ministério do Comércio Exterior, as importações chinesas em 1985 tiveram um aumento de cerca de 70%.

Tortura de presos políticos no Chile

Os presos políticos do Chile - 320 pessoas, segundo fontes da oposição - continuam sendo torturados com aparelhos elétricos, facas e ferramentas, segundo denúncias da revista *Analisis* e da Comissão Norte-americana de Direitos Humanos. Os juizes chilenos, segundo *Analisis*, pediram a pena de morte para 14 dos presos e a prisão perpétua para outros 16.

"Economia de guerra" atinge os operários

Cerca de 200 mil trabalhadores foram despedidos ou suspensos, em decorrência da recessão provocada pelo drástico plano anti-inflacionário, aplicado pelo governo de Raul Alfonsín desde o dia 14 de julho. O governo, que promete reativar a economia, depois que as altas taxas inflacionárias forem debeladas, já está negociando uma nova linha de crédito de um bilhão de dólares com o BID e outra de 120 bilhões com uma entidade que não mencionou, para implementar, segundo afirmou, projetos de infraestrutura viária e unidades habitacionais.

Desemprego castiga povo de Porto Rico

A taxa de desemprego oficial no Estado Livre Associado aos EUA - Porto Rico - alcançou 23,1% em junho. O território está sob controle norte-americano desde 1898 e tem servido de base militar dos EUA no Caribe. A invasão de Granada, em 1983, por exemplo, teve como base principal as instalações dos EUA em Ceiba, município a leste de Porto Rico.

Remédios que matam na América Latina

A mortalidade provocada pelo consumo de drogas nos países desenvolvidos é insignificante, comparada com as mortes na América Latina devido ao consumo de remédios proibidos nos EUA e Europa. Essa denúncia foi feita pelo secretário-geral da Associação Latinoamericana de Medicina Legal, Cesar Augusto Giraldo, durante um simpósio no México.

Segundo Cesar Augusto, 86.000 pessoas morreram nos últimos cinco anos, depois de ingerirem medicamentos proibidos no chamado mundo desenvolvido, mas que as multinacionais comercializam livremente na América Latina. Os medicamentos mais perigosos, segundo o especialista, são os derivados de substâncias como a metacualona, mandrax, mequetil, valium, atizan, diazepam e propoxifeno.

Jovens palestinos do Brasil defendem a OLP

Terminou dia 25, ao som do Hino Palestino, o I Encontro da Juventude Árabe-Palestina do Paraná, em Foz do Iguaçu. Representantes de Curitiba, Maringá, Foz do Iguaçu, Apucarana, Toledo, Londrina e Telêmaco Borba (Paraná); Chui, Pelotas, Porto Alegre e Uruguaiana (Rio Grande do Sul); São Paulo, Campinas, Mogi Guaçu e Araraquara (São Paulo) aprovaram várias campanhas a serem realizadas em prol do povo palestino no Brasil e manifestaram sua unidade em torno da OLP.

O encontro foi promovido pela Federação Nacional das Entidades Culturais Palestinas-Sanaúd e pela Associação Cultural Sanaúd, que agora pretendem realizar encontros estaduais, como o do Paraná, também no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

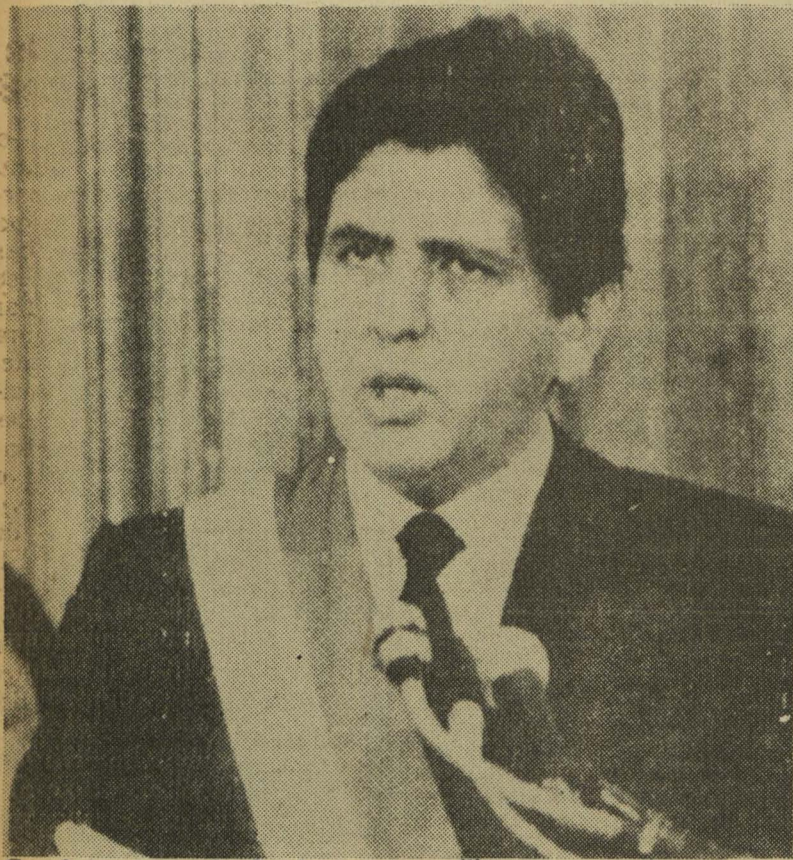
A principal campanha aprovada em Foz do Iguaçu é pelo reconhecimento da OLP como embaixada em Brasília. Atualmente 130 países reconhecem a OLP a nível de embaixada em seus territórios, mas o Brasil só aceitou a instalação de um escritório da entidade em Brasília. A campanha deverá ter o apoio também da Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Árabe, presidida pelo deputado federal Airton Soares, do PMDB. O lançamento oficial da campanha poderá ser em 29 de novembro, Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, mas a data ainda não está marcada em definitivo. Entre outras propostas aprovadas, também se estabeleceu a convocação de atividades de massas entre 16 e 22 de setembro, período em que, em 1982, os acampamentos palestinos de Sabra e Chatila, no Líbano, foram massacrados com o apoio de Israel, que ocupava Beirute - na oportunidade 8 mil palestinos foram chacinados.



O encontro da Sanaúd ocorreu em Foz do Iguaçu

O encontro aprovou a Carta do Paraná, onde os participantes reafirmam o apoio irrestrito "à Organização para a Libertação da Palestina - OLP - e a seu líder máximo e comandante em chefe das forças revolucionárias palestinas, Yasser Arafat". A juventude árabe-palestina no Brasil também fez um apelo aos governos do Irã e Iraque para que cessem a guerra que já dura quase cinco anos e só serve aos interesses dos inimigos árabes e palestinos.

A política sionista adotada nos territórios ocupados foi duramente criticada. Todos concordaram com o sucesso do encontro e da sua realização. Assim, mais uma vez, a OLP, a Federação Nacional Sanaúd, os palestinos e a causa da liberdade e da democracia saíram vitoriosas. (Relatório de Mario Grosso Xavier - Abou Jihad - diretor da Federação Nacional das Associações Culturais Palestinas Sanaúd)



García quer a redução dos gastos militares no continente

Peru propõe união da América Latina

Ao tomar posse como presidente do Peru, dia 28, Alan García propôs a união dos países da América Latina para enfrentar o problema da dívida externa e para "um acordo regional para a redução dos gastos em armas e para o congelamento de suas aquisições". O novo presidente peruano anunciou que seu país não destinará mais de 10% do valor das exportações ao serviço da dívida, o que equivale a cerca de 300 milhões de dólares (desde junho, estão atrasados 523 milhões de dólares referentes ao serviço da dívida). A dívida do Peru é de 14 bilhões de dólares.

García anunciou que irá revogar uma lei que há três anos isentou de impostos as empresas estrangeiras de petróleo. E disse: "Não aceitaremos imposições na

política econômica. O presidente Alan García foi eleito e representa a 20 milhões de peruanos, não a funcionários de um frio organismo internacional" (refere-se ao FMI).

O presidente ainda prometeu combater a corrupção e priorizar, no seu governo, a agricultura, a reorganização das empresas estatais e os setores de alimentação, saúde e educação. Sobre os grupos terroristas que atuam no país, anunciou a criação de uma Comissão de Paz, não descartando a possibilidade de uma anistia política.

Mas nem tudo são flores. Banqueiros internacionais já alardearam que vão pressionar Alan García no sentido de que se submeta aos ditames do capital financeiro imperialista e de que seu discurso seja apenas "um gesto retórico"...

Mais dois deputados saem do PT no Rio de Janeiro

Os dois únicos deputados estaduais do PT no Rio de Janeiro - Liszt Vieira e Lúcia Arruda - romperam com a legenda petista no início desta semana, informados com a decisão da pré-convenção municipal, dia 27, de lançar uma "candidatura puro-sangue" para a prefeitura carioca. Liszt e Lúcia eram os últimos deputados estaduais do PT fora de São Paulo.

Os dois deputados insistiram até o fim para que o partido se integrasse numa coligação mais ampla, que batizaram "Frente Rio", para se opor com eficácia ao briolismo e ao chaguismo. A direção nacional do PT, porém, defendia uma candidatura "pura" e foi esta a posição amplamente majoritária na pré-convenção, com 85% dos votos.

O episódio deve estar dando o que pensar - sobretudo porque, longe de ser um fato isolado, faz parte de toda uma epidemia de deserções que afetou a metade da já modesta bancada parlamentar do PT (veja o quadro ao lado). Sobressaltados, alguns petistas já se interrogam quem será o próximo. E olham com desconfiança para Luís Dulci, de Minas Gerais, único deputado afora os de São Paulo a permanecer no partido, mas tido como pouco confiável pelos grupos que falam em nome das "bases".

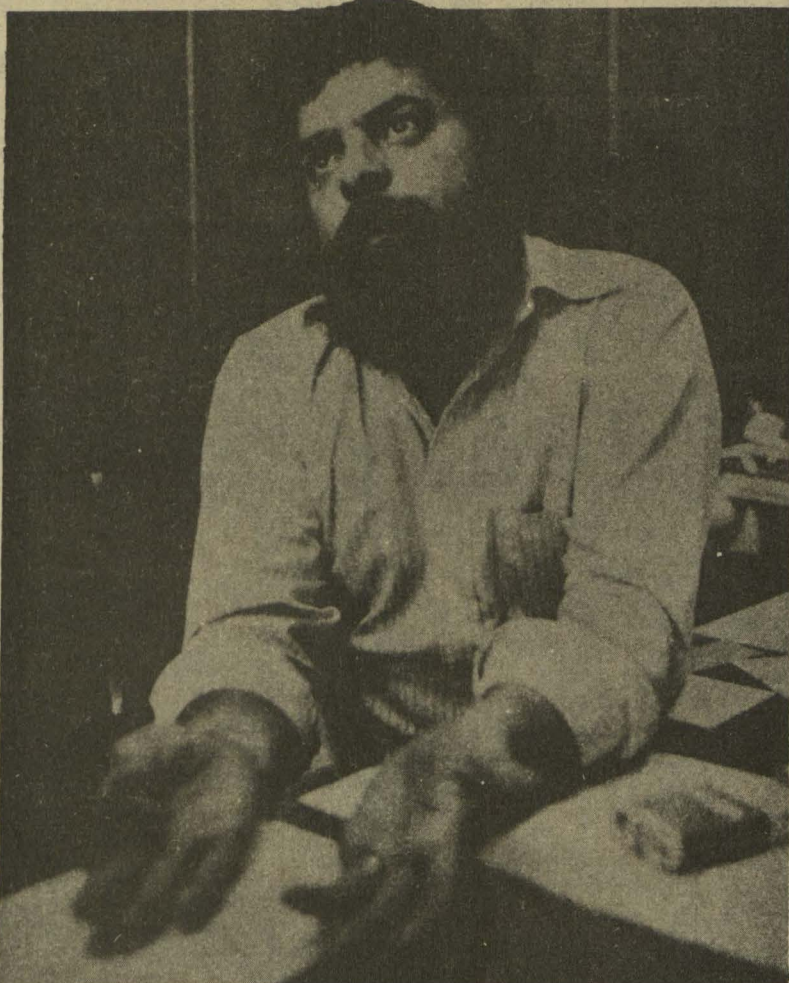
A crise foi deflagrada desde que o fim do regime militar se colocou em termos práticos, ainda em 1984. E volta a se aguar agora durante as preliminares das eleições municipais de novembro - o que mostra que suas causas não são simplesmente conjunturais. Antes, quando o povo voltava as costas ao PT para aplaudir a eleição de Tancredo, o PT tinha ao menos um argumento na ponta da língua: "Esperem só até o dia 16 de março e vocês vão ver uma coisa!". Mas fica cada vez mais difícil manter a posição do último encontro nacional petista, em Diadema, de oposição intransigente ao novo governo.

CABEÇA BAIXA

A vida política, implacável, não espera que ninguém resolva suas crises para colocar problemas e exigir definições. A cem dias das eleições de 85, o PT sente um frio na espinha ao pensar no resultado que o espera.

Em 1982, o partido já teve uma votação vista como decepcionante, pelas bases e as direções. Fez oito deputados federais, quando a ala mais "realista" da direção nacional esperava cerca de 40. Na época, a explicação foi que o voto útil bombardeara o partido, ao polarizar a eleição entre o governo (na época o PDS) e a maior legenda de oposição (PMDB).

Agora, no entanto, essa causa já não existe mas a revoada dos parlamentares não augura resultados melhores. Líderes petistas com os pés mais próximos do chão, como o secretário geral Francisco Wefort, admitem que o partido praticamente só se implantou em São Paulo. E mesmo na capital paulista, temem não alcançar a mesma votação de 1982, de 14,2% do total (568 mil votos). "Se isto acontecer - declarou Wefort à revista 'Isto É' - dificilmente levantaremos a cabeça - teremos então sido reprovados pela história". É que a história, professor, não tem dó de quem faz do culto a si mesmo a razão de ser de sua existência.



Lula, em 1982, culpou o voto útil pela má votação; e em 85?

Bancada pela metade

Liszt Vieira e Lúcia Arruda são os últimos (ao menos até agora) mas não os primeiros parlamentares a deixarem o PT. No decorrer deste ano, os petistas viram sua bancada de deputados reduzir-se à metade. Hoje ele conta apenas com cinco dos oito deputados federais que elegeu em 1982. E dos 12 deputados estaduais que tinha, sobram apenas seis.

Em 15 de janeiro, três deputados federais petistas insur-



Aíron: "Um gueto"

ram-se contra a orientação partidária e votaram em Tancredo Neves para presidente da República. Punidos (um encontro nacional chegou a exigir sua expulsão), terminaram afastando-se do PT.

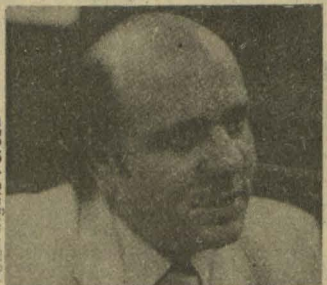
Para Aíron Soares, de São Paulo, hoje no PMDB, "o PT expurga, sectariza e vive fechado num gueto político. A crise no partido é institucional, não decorre do voto no



Bete, hoje sem partido

PMDB, em maio: Marco Aurélio, ex-líder da bancada petista na Assembleia, e Sérgio Santos. Para este último, "o PT está num processo de autofagia irreversível, decorrente de medidas arbitrárias providas de decisões típicas do autoritarismo".

No distante Estado do Acre, o único deputado eleito pelo PT fora do eixo Rio-São Paulo-Minas, Ivan Melo, estadual, também não suportou o



Sérgio: "Autofagia"

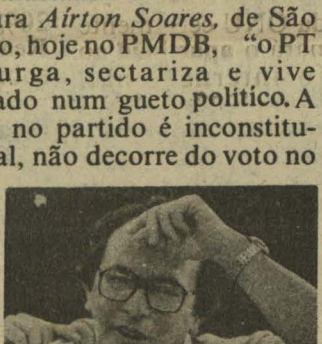
Prefeitura de Belo Horizonte, Mares Guia sentiu-se sem espaço na legenda e mudou-se para o PMDB.

E no último dia 21 o deputado estadual Paulo Frateschi, de São Paulo, deixava também o partido. Para ele, "o PT", desde 1982, tem preferido colocar-se a serviço de si mesmo, perdendo-se em uma mística partidária despolitizada".



Lúcia: apenas a última

Para Airton Soares, de São Paulo, hoje no PMDB, "o PT expurga, sectariza e vive fechado num gueto político. A crise no partido é institucional, não decorre do voto no



Eudes: crítica a Lula

direção mostraram que convivem bem, sem problemas, com grupos como a Convergência Socialista e a Libelu mas não conseguem conviver com três parlamentares que foram eleitos pelo voto popular" - afirmou Eudes, que em julho ingressou no PSB.

No mesmo processo, consumou-se o afastamento de dois deputados estaduais de São Paulo, que após meses de marginalização ingressaram no

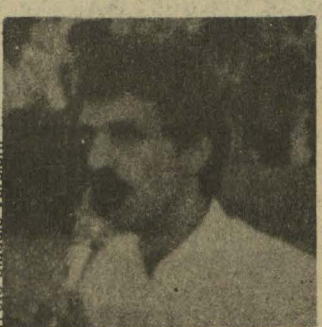
PMDB, em maio: Marco Aurélio, ex-líder da bancada petista na Assembleia, e Sérgio Santos. Para este último, "o PT está num processo de autofagia irreversível, decorrente de medidas arbitrárias providas de decisões típicas do autoritarismo".



Marco: de líder a réu

assédio dos patrulheiros petistas. Por não concordar em levar às últimas consequências o boicote à candidatura Tancredo, foi considerado persona non grata no PT.

Em julho, foi a vez de João Batista Mares Guia, único deputado estadual no PT de Minas Gerais. Preterido por um trotskysta, Virgílio Guimarães, na escolha do candidato à



Mares Guia: preterido

Fracassa a sabotagem da direita no PMDB goiano

Nos últimos dias o PMDB realizou convenções municipais em várias capitais, definindo seus candidatos ao pleito do próximo dia 15 de novembro. Em Goiânia, a capital que mais concentrou votos no PMDB em 1982 (84% do total), saiu vitoriosa a chapa progressista encabeçada por Daniel Antônio, tendo na vice Pedro Ludovico.

Daniel Antônio obteve 90 votos dos convencionais, contra 44 dados a Moisés Abrão, candidato das forças direitistas articuladas pelo deputado Irapuan Costa Júnior, resultado que marca considerável vitória progressista em Goiás. Refletindo este avanço, o Diretório do PMDB aprovou dia 30 a coligação partidária com o Partido Comunista do Brasil.

A convenção do dia 28 transformou-se em uma grande festa. A maioria arrasadora dos presentes, que lotaram a Assembleia Legislativa de Goiás, era constituída por trabalhadores partidários da chapa Daniel Antônio-Pedro Ludovico. O deputado Irapuan Costa Júnior, desesperado, tentou tumultuar, inclusive contratando provocadores com este objetivo, mas nada conseguiu. Os conservadores ficaram completamente isolados.

Depois de anunciada a vitória, Daniel Antônio fez um discurso ressaltando que, embora não tenha elaborado um plano detalhado de governo, sua intenção é "ouvir a voz dos bairros anônimos, das invasões imponderáveis, das associações de bairros, dos sindicatos, das universidades, das mulheres, do pequeno e médio empresário, dos profissionais liberais, das donas de casa e dos intelectuais. Sob os gritos de 'o povo unido jamais será vencido', o candidato foi carregado pelos populares.

Paes de Andrade é lançado em Fortaleza

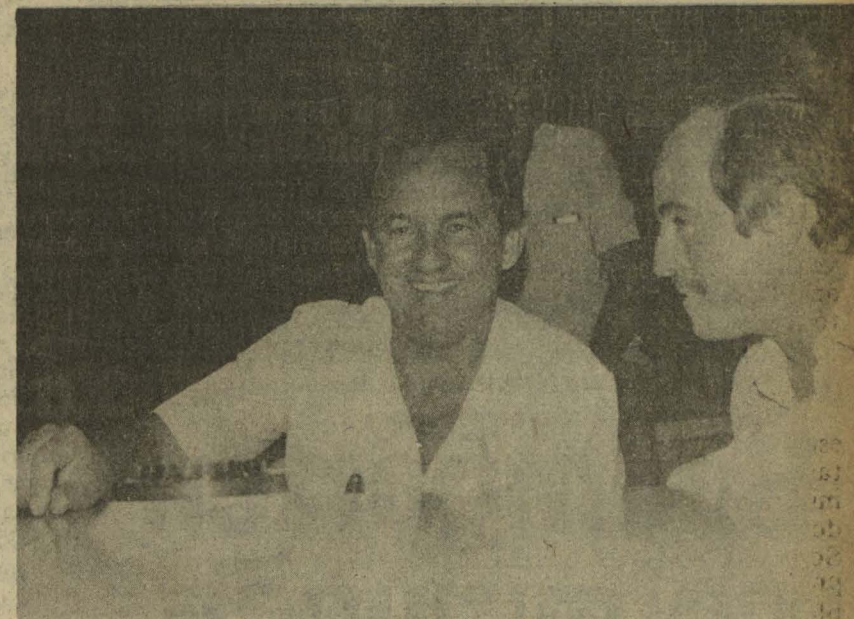
Em Fortaleza, Ceará, o candidato do PMDB será o deputado Paes de Andrade, que recebeu, 289 votos na convenção (66%) contra 148 da chapa que representou as forças conservadoras. O clima foi o de uma grande festa democrática com mais de 4 mil pessoas, charangas, bandeiras e toneladas de papel picado.

O líder do PMDB na Câmara Municipal, Francisco Lopes, ressaltou que as forças progressistas "sairam vitoriosas e o coronelismo, derrotado".

Paes de Andrade recebeu o apoio dos mais diversos setores populares, do presidente da UMES, da grande maioria de lideranças das associações de moradores e muitos sindicalistas. Contou também com quase totalidade dos deputados estaduais e vereadores, o que torna sua candidatura capaz de forjar uma ampla e unitária frente democrática.

Na convenção foram aprovadas várias moções, entre elas uma subscrita por 101 convencionais, conclamando o PMDB a tomar "todas iniciativas necessárias no sentido de buscar o apoio e formalizar coligações com todos os partidos que apoiem o programa de mudanças da Nova Repú-

O PMDB goiano lançou Daniel Antônio; em Fortaleza, a torcida pró Paes Andrade



blica". Tanto Paes de Andrade como o candidato a vice, Marcelino Lima Verde, concordaram com o conteúdo desta moção. O candidato a prefeito discursou frisando que compromete-se "a construir a liberdade e democracia em Fortaleza, mantendo a luta para fortalecer esses objetivos em todo o país, destruindo os vícios herdados do regime autoritário".

Mais de 3 mil na convenção em Teresina

No Piauí, em Teresina, mais de 3 mil pessoas compareceram à convenção municipal do PMDB, dia 28, que elegeu a chapa Wall Ferraz-Deoclécio Dominto para disputar a prefeitura da capital. Wall Ferraz, integrante da ala progressista do PMDB, salientou que é necessária a união de todos os setores democráticos para derrotar as forças reacionárias e conservadoras nas próximas eleições. Garantiu que pretender realizar uma campanha popular, com base nas organizações de massa, enfatizando que seu programa administrativo também se pauta nestas idéias. Num dos discursos mais aplaudidos, o representante do PC do B que esteve presente à convenção, Helbert Maciel, declarou que os comunistas irão atuar em aliança com as forças democráticas do Estado, visando consolidar a democracia no país "e avançar no rumo das transformações que o povo reclama. Não é hora de dispersão", acentuou.

Unidade em torno de Kertsz em Salvador

Na capital baiana a candidatura de Mário Kertsz e Marcelo Duarte para a Prefeitura foi homologada pela convenção do

PMDB realizada dia 27, no Cinema Excelsior. Milhares de pessoas compareceram. As bandeiras do Partido Comunista do Brasil estiveram presentes. O deputado Haroldo Lima condenou o veto ideológico à vereadora Lídice da Mata para candidata a vice, mas sublinhou que Marcelo Duarte une as forças democráticas e é uma pessoa caracterizada por um passado de lutas contra a ditadura, sendo "ex-preso político e intelectual de porte, dando à chapa eleita uma forte fisionomia popular". A convenção também selou a unidade do PMDB para enfrentar a sucessão municipal, tendo o presidente regional do partido, Marcelo Cordeiro, assegurado seu total apoio a Kertsz. Foi realizado um comício na Praça da Sé após a convenção, com a participação do cantor e compositor Gilberto Gil.

Jarbas recebe apoio do Diretório do PMDB

O Diretório Regional do PMDB de Pernambuco decidiu apoiar dia 30 a coligação do partido com o PSB, que terá como candidato o deputado Jarbas Vasconcelos. A decisão fortalece a frente democrática e popular criada em torno da candidatura de Jarbas para prefeito de Recife. Entretanto, a convenção municipal do PMDB, controlada pelas forças conservadoras (que usaram de fraude para garantir o domínio dos convencionais), deverá tomar posição a favor de uma coligação branca com o PFL em torno da candidatura de Sérgio Murilo à Prefeitura, uma postura que hoje tem caráter reacionário e é contrária aos interesses populares. (das Sucursais)

São Paulo poderá ter eleição em dois turnos para prefeito

Enquanto o quadro das eleições de novembro vai se definindo em cada Estado, uma emenda à Constituição de São Paulo, proposta pelo deputado estadual José Yunes e com votação prevista para agosto, pode introduzir uma novidade de peso no panorama da disputa. A emenda José Yunes prevê o sistema de dois turnos para escolha dos prefeitos e do governador no Estado: se nenhum candidato obtém a maioria absoluta dos votos, há um pleito, entre os dois candidatos mais votados. Caso a iniciativa seja vitoriosa em São Paulo, outros Estados poderiam seguir o exemplo.

Há ainda várias incógnitas no caminho da emenda José Yunes. Seus inimigos - sobretudo os adeptos do candidato Jânio Quadros, dizem que ela é inconstitucional. Já o ministro da Justiça, Fernando Lyra, o procurador geral da República, Sepúlveda Pertence, e juristas como Miguel Reale, Dalmo de Abreu Dallari e

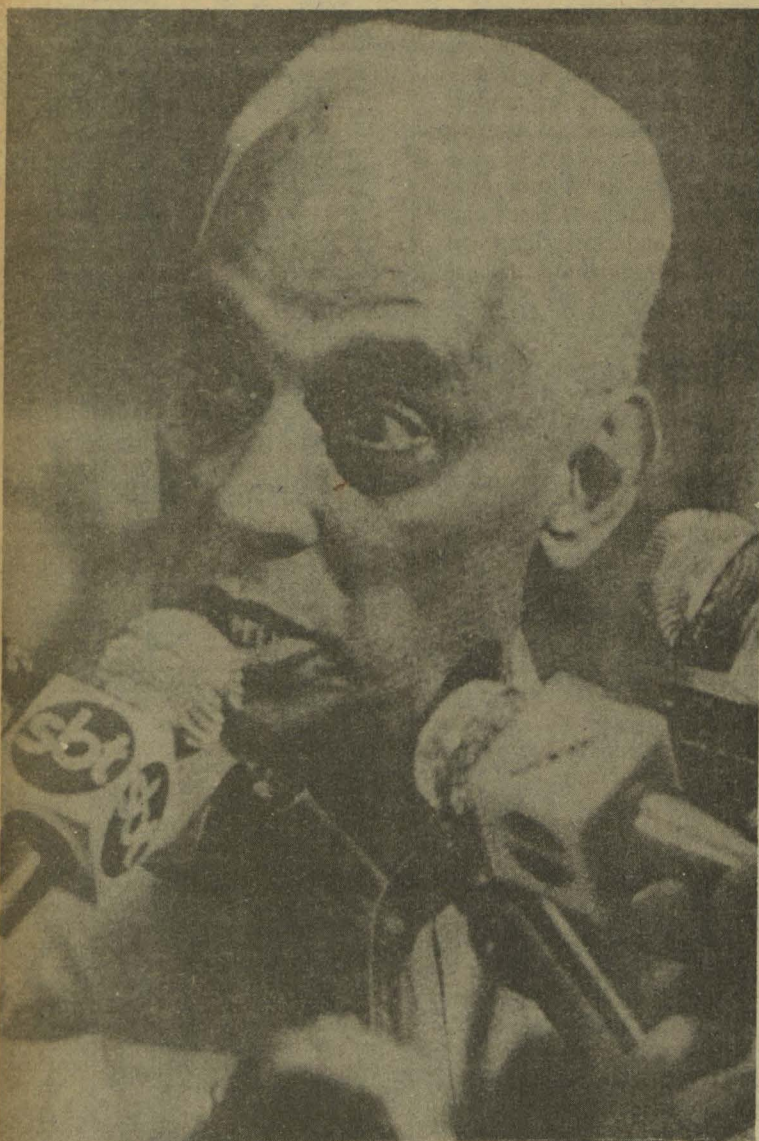
Celso Bastos consideram o contrário - argumentando que a Constituição Federal prevê os dois turnos para a eleição do presidente da República, e portanto as cartas estaduais podem fazer o mesmo para as eleições de prefeitos e governador.

A questão foi remetida ao Tribunal Superior Eleitoral, que deve dar seu parecer brevemente. Porém mesmo com uma decisão



favorável do TSE, será necessário conseguir dois terços dos votos na Assembleia Legislativa, e de forma que a disposição venha a entrar em vigor na próxima eleição.

Antes mesmo do reinício dos trabalhos legislativos, a polêmica sobre o assunto já vinha num crescendo. Jânio Quadros, em especial, excedeu-se a ponto de xingar o autor da proposta de "energumeno". Já os setores mais coerentes com os princípios democráticos advogam os dois turnos como a melhor forma de refletir a vontade da maioria. E só lamentam que a decisão não tenha sido tomada pelo Congresso Nacional, com validade para todo o Brasil, já nas reformas legislativas realizadas em maio. Na ocasião, uma proposta neste sentido terminou derrotada por pequena margem de diferença (2%) numa votação em que não prevaleceu a existência de fraude com o episódio dos deputados comunistas.



O ex-chefe do SNI ficou histérico com o depoimento do bailarino

Baumgarten enlouquece o general Newton Cruz

Deu a louca no Cruz. Foi esta a impressão deixada sábado dia 27 pelo general Newton Cruz. O ex-chefe da Agência Central do SNI em Brasília, reagiu ensandecido ao depoimento prestado pelo bailarino Cláudio Werner Polila (conhecido por *Jiló*) ao delegado Ivan Vasques, responsável pelo inquérito que apura o assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten.

"*Jiló*" presenciou o sequestro de Baumgarten e reconheceu Newton Cruz como o comandante do rapto. Em entrevista à imprensa, o general esbravejou reclamando inocência e agrediu alguns repórteres, se disse vítima do "revanchismo da Nova República". Não vacilou em expor sua própria esposa ao vexame público: "Vou perguntar à minha mulher, aqui, agora, na presença de vocês, com que homem ela dormiu na noite de 12 para 13 de outubro de 1982 (quando ocorreu o sequestro). Diga, minha filha!". Surpreendida, ela respondeu: "Nós dormimos em Brasília".

Mas não ficou só nisto. Seu desespero fez com que perdesse a prudência e acabou fornecendo novos subsídios e indícios de sua participação no crime. "O que este homem diz, ele diz que sabe. É só verificar as condições em que ele se encontrava naquela madrugada, em que jamais, jamais, o *Jiló* poderia ver ou ouvir o que ele disse". De fato, o bailarino também disse ao delegado, depois de reconhecer Newton Cruz, que este havia ameaçado Baumgarten, aconselhando o jornalista a obedecer calado caso não quisesse morrer no próprio local do sequestro.

Com suas afirmações sobre as condições do bailarino "naquela madrugada" e o detalhamento da situação cli-

mática ("estava chovendo e o mar estava não sei o quê"), Cruz emburrou-se em novas contradições. Afinal, como ele lembra tantos detalhes da época? Além disso, conforme o delegado Ivan Vasques, são declarações que conflitam com as informações divulgadas pelos jornais, as quais davam conta de que as condições atmosféricas na madrugada de 13 de outubro eram diversas ("tempo parcialmente nublado, mar calmo e precipitação pluviométrica de 2,9mm").

O general Cruz também requisitou ao SNI que libere informações de sua agenda nos dias 12 e 13 de outubro de 1982. O que intrigou o delegado Ivan Vasques, que havia feito um pedido semelhante, tendo recebido do órgão uma negativa sob o argumento de que as agendas das autoridades do "Serviço" não eram arquivadas.

Por outro lado, em depoimento à polícia, a filha de Baumgarten, Patrícia, confirmou que o jornalista tinha livre trânsito entre os generais e, em especial, junto ao SNI. Já em 1979, enquanto jantava em um clube militar de Brasília, Baumgarten foi cumprimentado pelo general Figueiredo, que o chamou de "Alexandre", tendo o jornalista comentado para a filha: "Este será o futuro presidente do Brasil"...

Ação anticomunista em Esperantinópolis

Aconteceu em Esperantinópolis, município camponês do Maranhão. Membros da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais conhecidos como Lozinho (presidente) e Bá (secretário), juntamente com outros indivíduos, tentaram expulsar o tesoureiro da entidade, Miguel Marques da Costa, o Costinha. Motivo: Costinha pertence ao Partido Comunista do Brasil! Lozinho chegou a convocar uma assembleia do sindicato para tirar Costinha da entidade...

A verdade é que Lozinho e Bá já pertenceram ao PC do

B, e foram afastados do partido por terem abandonado a luta. Agora apelam para odiosas atitudes reacionárias e anti-comunistas, dignas do regime militar batido pelo povo nas ruas.

A própria Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão comunicou ao presidente do STR de Esperantinópolis que é "assegurado ao cidadão o direito de associar-se" a qualquer partido político legal, e que não tinha validade a assembleia convocada para expulsar Costinha.

(da sucursal)

PC do B nas eleições municipais

O Partido Comunista do Brasil realizará convenções municipais em várias capitais para definir posição diante das eleições do dia 15 de novembro. Em São Paulo, a convenção está marcada para o dia 10 de agosto e deverá ratificar a posição adotada pela direção regional do partido de apoiar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

O Diretório Regional do PC do B paulista reuniu-se na quarta-feira e após fazer uma avaliação do quadro sucessório na capital decidiu convocar a convenção que "deverá se transformar num grande ato político", conforme o dirigente Antônio Barbosa Neto.

A convenção deverá referendar a posição da direção, de formalizar uma aliança eleitoral com o PMDB em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso. "Na verdade as próximas eleições colocarão em jogo as grandes questões nacionais, que serão exaustivamente debatidas", segundo o jornalista Pedro de Oliveira. "Teremos um embate entre a frente democrática, que se configura e se redefine dentro de um novo quadro, contra forças reacionárias que se aglutinam em torno do candidato do PTB, Jânio Quadros. Consideramos que o momento não é de dispersar forças", acentuou.

FILIAÇÕES EM SERRANA

No pequeno município de Serrana (8 mil habitantes), situado na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, foi lançada no dia 28 a campanha de filiação ao PC do B. Durante um ato com 30 pessoas, em sua maioria trabalhadores rurais, foram realizadas 22 filiações, inclusive a de um ex-vereador pelo MDB local e ex-militante que reingressou às fileiras do partido. A convocação foi feita em um modesto panfleto, que indicava o endereço, "a casa do Laércio", um abnegado comunista. "Foi um dia histórico para Serrana", conforme falou um dos novos membros do partido.

CONVENÇÃO EM GOIÁS

Em Goiânia o PC do B também realizará sua Convenção



Na reunião do Diretório de São Paulo foi marcada a Convenção da capital para o dia 10 de agosto

Municipal dia 10, quando discutirá a coligação com o PMDB e o apoio ao candidato deste partido, Daniel Antônio, e a formulação de um programa "de defesa dos interesses dos trabalhadores, com as reivindicações mais sentidas da população". Com a coligação, o PC do B da capital de Goiás pretende "participar plenamente da campanha para a prefeitura, através do horário gratuito de propaganda no rádio e na televisão, cartazes, e também no comitê de Daniel Antônio", segundo circular do partido.

Igualmente em Fortaleza, Ceará, o partido dos comunistas realizará convenção dia 10, quando discutirá a coligação com o PMDB. No dia 26 o PC do B registou as comissões diretoras provisórias dos seis zonais da capital cearense no Tribunal Regional Eleitoral.

INTERIOR GAÚCHO

No dia 20, na Câmara dos Vereadores, foi apresentada ao povo de Santa Maria, Rio Grande do Sul, a Comissão Municipal de Reorganização do PC do B na cidade. Cerca de 80 pessoas participaram do ato, destacando-se o número de trabalhadores e moradores das vilas populares. Estavam presentes partidos políticos, associações de moradores de Vila Jardim, Jockey Clube e Chácara

Um jornal nas fábricas

Um jornal dirigido prioritariamente para as 100 maiores fábricas de São Paulo foi lançado: é o **Unidade Operária**. Ele vai contar como é a vida dentro das fábricas, retratando a luta da classe operária contra a exploração capitalista. No primeiro número, o jornal traz a apresentação do Partido Comunista do Brasil - PC do B - na legalidade.

"Essa notícia é boa!", reagiu o metalúrgico João Carlos durante o mutirão na porta da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, dia 29. Mutirões semelhantes ocorreram em outras fábricas do Estado. **Unidade Operária** é editado pelo PC do B em São Paulo e sua tiragem inicial foi de 77 mil exemplares.

das Flores, Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Centro Estadual de Professores, entidades estudantis, e os vereadores João Nascimento e Edson Domingues. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, o PFL e o líder da bancada do PMDB na Câmara, vereador Marco Machado, enviaram saudações ao encontro.

José Vieira Loguercio, da direção regional apresentou o Manifesto, Programa e Estatutos do Partido. Evandil Ilha Cardoso, da Intersindical, destacou que "como operário jamais deixaria de prestigiar a legalidade dos comunistas, que muito contribuíram para a reconstrução do nosso Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, o qual tenho a honra de presidir".

Um morador da Vila Jardim anunciou que "os comunistas ganharam o nosso respeito porque nos ajudaram a fundar a nossa Associação e enfrentaram com a gente a polícia, que tentou nos expulsar". O presidente do PMDB local, Abdo Mottecy, declarou que "o fato dos companheiros do PC do B assumirem a sua fisionomia própria não impede de estarmos juntos em muitas lutas que temos pela frente, como a reforma agrária e a Constituinte".

Durante o ato cerca de 20 pessoas se filiaram ao PC do B. A Comissão de Reorganização em Santa Maria é formada pelos operários Argeu Alves e João Carlos da Silva, pelos professores Mauro Gaglietti e Waldemar Savicki, e pelos estudantes Valério Rocha, Analia Dorneles e Alberto Vilar.

Brasil deve pagar a crise dos EUA?



O protecionismo ianque ameaça 250 mil operários do setor de calçados no Brasil

Recrudescem as tendências protecionistas do imperialismo ianque, agravando ainda mais as contradições no comércio capitalista internacional. Agora os EUA ameaçam aumentar as sobretaxas sobre as mercadorias que importam, principalmente de países dependentes como o Brasil.

Nosso país será um dos principais prejudicados pelo protecionismo ianque - 40% do superávit na balança comercial brasileira em 1984 resultou do comércio com os EUA. A indústria brasileira de calçados exporta 70% do que produz à América do Norte e as medidas protecionistas de Reagan já provocaram o desemprego de 10 mil trabalhadores do setor.

CRESCIMENTO DO DÉFICIT

Só em julho o déficit comercial dos EUA foi de 13,8 bilhões de dólares (superior ao superávit brasileiro previsto para os 12 meses deste ano). Para 1985, o saldo negativo será de cerca de 160 bilhões de dólares. O mercado interno ianque vive, por isto, abarrotado de mercadorias importadas.

A contrapartida é o agravamento da recessão nos setores produtivos. Em particular na indústria, que funciona com custos relativamente altos (o salário médio nos setores manufatureiros no Brasil é 17% dos vigentes nos EUA) e é incapaz

de fazer frente à "competição desigual". Sucumbe aos poucos, vítima da própria dinâmica da expansão do sistema.

A economia norte-americana vem sendo sustentada sem estímulo ao crescimento interno - com exceção dos chamados serviços (comércio, atividades portuárias e outros), em geral completamente improdutivos. Atualmente, sete em cada 10 trabalhadores estão empregados nos "serviços" dentro dos EUA. Um setor que "gera" 60% do PIB e 30% da receita de exportação ianque.

RETRAÇÃO DOS EMPREGOS

Todas as recuperações apresentadas pela economia dos EUA nos últimos anos decorreram da expansão dos serviços e da indústria armamentista. A relativa estabilidade no nível de emprego no primeiro

semestre deste ano se deu paralelamente com a dispensa (sem substituição) de 400 mil operários industriais, enquanto aumentou a oferta de trabalho nos "serviços".

Essa anomalia é comum nos países imperialistas. Na Grã-Bretanha, onde o desemprego atingiu 13%, ela alcança 15,8% entre os homens e 9,5% entre as mulheres. Uma situação que decorre da retração dos empregos na indústria e do avanço dos postos de trabalho em serviços com remunerações inferiores e, muitas vezes, em tempo parcial.

O protecionismo e as barreiras comerciais se apresentam, à primeira vista, na forma de um movimento contrário a este crescente parasitismo. Mas na verdade conduzem a um parasitismo ainda maior. O resultado principal das medidas protecionistas ianques será a deterioração mais violenta das relações

de troca em detrimento dos países dependentes. As exportações não diminuirão, mas ocorrerão em volume maior e a preços menores, agravando a recessão na indústria local e demandando o aumento das importações para assegurar o nível de emprego. O Tio Sam, "protetor do mundo livre", sofre uma paralisação crônica e progressiva. O grandalhão não tem remédio, a não ser sugar mais e mais energia dos "sobrinhos" pobres.

INTERCÂMBIO DESIGUAL

Segundo o relatório da CPI da dívida externa, da Câmara Federal, entre 1977 e 1983 os preços das mercadorias produzidas no Brasil destinadas à exportação sofreram redução de 46% em relação às importadas. Já em 1982 o ministro Delfim Netto, ao fazer uma cínica apologia do "espírito de luta do homem brasileiro", demonstrou que o índice de relação de troca havia caído em cerca de 40% entre 1979-82, argumentando: "Significa que, para trazer uma tonelada de importações, eu tenho que mandar para o exterior 1.600 kg de exportação (...) Isto dá uma idéia do cavalheiro esforço para fazer a curva das exportações ultrapassar, como ultrapassou, a das importações. Foi preciso muito mais trabalho nacional".

O intercâmbio desigual vem se aprofundando desde então. É um fator que agravará a crise provocada pela dívida externa brasileira. O FMI e os banqueiros continuarão pressionando o governo para honrar os "compromissos" em dia, ainda que novas condições sejam criadas pelo protecionismo. Causa o déficit público, o aumento do consumo interno, o aumento dos preços, elevação do déficit público etc.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Qual o número de partidos?

Segundo o senador Nivaldo Machado, do PFL de Pernambuco, a oportunidade de criação de novas agremiações políticas “deu ensejo a que seu número pudesse exceder o limite do desejável”. Seria de se perguntar ao ilustre político pernambucano por que ele não propõe a extinção de seu próprio partido, o PFL, contribuindo assim para diminuir o número de legendas. Afinal por que imaginar que somente os outros são demais?

EXPRESSÃO DE INTERESSES

Acontece que os partidos não se formam e atuam apenas segundo os desejos de um ou de outro político. Eles são expressão de interesses de classes e de camadas sociais, representam setores da sociedade que por sua situação no sistema produtivo e pela forma com que se apropriam dos produtos e das riquezas, têm aspirações comuns. Excepcionalmente os partidos aparecem artificialmente, por vaidade ou por ambições pessoais, mas as legendas criadas desta forma têm fôlego muito curto pois as disputas políticas levam rapidamente ao seu desmascaramento, isolamento e desagregação.

Nos 21 anos de ditadura a legislação impediu a criação de partidos. A Arena e o MDB foram formados artificialmente e mesmo depois, com reformulação partidária, as normas arbitrárias limitavam em muito esta atividade. Em função disto, correntes com idéias muito distintas eram obrigadas a se comprimir incomodamente em estruturas partidárias que não comportavam adequadamente suas plataformas. A própria discussão de política continuava limitada. Cada sigla abrigava no seu interior diversos grupos, sendo mais um organismo de frente única do que um partido.

A Nova República rompeu com este esquema, embora a legislação que se esboça para regularizar a vida partidária continue sendo marcada pelo espírito restritivo. É natural que num primeiro momento muitos agrupamentos lancem suas propostas, disputem espaços e tratem de construir um partido. Do ponto de vista democrático, ao contrário do que pensa Nivaldo Machado, não há nenhum inconveniente nisto. Na medida em que as plataformas venham à luz, que o povo tenha oportunidade não só de conhecer as declarações escritas mas também de conferir o que estas agremiações realizam praticamente, haverá um reacomodamento, em bases mais reais, com a fusão de partidos ou de grupos, dando uma conformação mais realista das diversas tendências.

Nesta questão é de se notar que no seio da burguesia existem diferentes segmentos que disputam entre si - banqueiros, industriais, comerciantes, fazendeiros etc. Em geral esta divisão dá origem a partidos distintos, embora não apareça necessariamente uma legenda para cada um destes agrupamentos burgueses. A pequena burguesia, por não ter um programa próprio como classe, por sua posição intermediária, ou se organiza nos diversos partidos da burguesia ou cria os seus próprios, que muitas vezes têm vida curta ou mudam freqüentemente de rumos, devido a inconseqüência desta camada social. Ou seja, a multiplicação de organizações tem base objetiva, não é fruto de simples desejos.

A CLASSE OPERÁRIA

Os próprios operários, devido à pressão política, ideológica e até policial das classes dominantes, podem fragmentar suas forças filiando-se em partidos não proletários. Apesar disto é a única classe que não se divide em setores com interesses distintos. Por mais diversas que sejam as categorias profissionais dos operários, os seus interesses de classe são os mesmos. Por isto, do ponto de vista de classe, o proletariado só tem um partido. (Rogério Lustosa)

A transformação do chovinismo grão-russo em ideologia dominante converteu a opressão nacional em parte inseparável da política de classe burguesa da direção revisionista soviética

Profundas mudanças contra-revolucionárias subverteram as relações de igualdade nacional entre os povos e nações da União Soviética, transformando-as em relações de opressão, exploração e domínio da nação russa sobre as nações e povos menores. Contradições nacionais antagônicas e inconciliáveis tornaram-se um dos traços principais do Estado multinacional soviético, hoje um Estado social-fascista e socialimperialista.

Em qualquer Estado multinacional, o problema nacional só pode ter uma solução cabal e conseqüente numa ordem social onde tenham desaparecido a opressão e a exploração do homem pelo homem - ou seja, nas condições do socialismo, quando surgem entre as nações relações de novo tipo. Esta conclusão marxista-leninista foi confirmada pela primeira vez na história da humanidade com o triunfo da Revolução Socialista de Outubro e a construção da nova ordem socialista na URSS de Lênin e Stálin.

A realidade no tempo de Lênin era bem outra

A vitória da Revolução de Outubro abriu uma nova época histórica para os povos oprimidos e explorados que faziam parte do Império Russo. Eles se levantaram como um só homem e transformavam a Rússia, de cárcere dos povos numa grande república socialista onde os povos e nações, voluntariamente unidos, gozariam de plena liberdade e igualdade.

Depois da traição revisionista, no entanto, a reorganização da sociedade soviética em bases capitalistas fez ressurgir para os povos e nações não russas a feroz opressão e desigualdade que acabaram por fazer da URSS de hoje, tal qual nos tempos da Rússia czarista, um cárcere dos povos.

Abandonou-se os princípios leninistas sobre o desenvolvimento econômico e social planificado e harmonioso de todas as repúblicas federais.

Hoje existe entre estas um profundo abismo econômico-social, particularmente em comparação com a Rússia.

Um desenvolvimento unilateral e truncado transformou-as em fontes de matérias-primas para a metrópole russa.

Em conseqüência, a renda per capita nas repúblicas das nacionalidades e nações não russas é várias vezes inferior à da Federação Russa. Segundo afirmam os próprios autores soviéticos, em várias repúblicas da URSS a maior parte da população nativa se dedica à agricultura, enquanto a mão de obra na indústria e na construção é composta majoritariamente por russos. (ver revista “Filosofie Nauki”, 1982, nº 5, pág.18). A acentuada escassez de gêneros de primeira necessidade, característica de toda a vida soviética, é mais sentida nas repúblicas federadas que na Federação Russa.

Os economistas e sociólogos soviéticos usam todo o tipo de argumentos para justificar esta grave situação. Entre elas figura o neomalthusianismo, segundo o qual o atraso das nações e nacionalidades não russas se deve “ao grande crescimento da população”, relativamente

A URSS, cárcere dos povos



ao aumento da produção e da produtividade. Mas não está aí a verdadeira causa, e sim no sistema social capitalista restaurado na URSS, que trouxe consigo a opressão e exploração tanto sociais como nacionais.

Todos os fenômenos negativos e regressivos da economia capitalista soviética - como a crise econômica crônica, a anarquia, a espontaneidade, o desemprego, a inflação, a carestia, que em geral recaem sobre os ombros das massas trabalhadoras - os chovinistas grão-russos tentam superar ou atenuar primeiramente intensificando a exploração dos povos não russos. Isto exacerbou ao extremo a discórdia e as contradições nacionais.

A estapafúrdia “teoria do povo único soviético”

Os revisionistas soviéticos tratam de legitimar a política chovinista grã-russa com toda sorte de pretensos argumentos teóricos, com um destaque especial para seu slogan anti-histórico sobre a criação de um chamado “povo único soviético”. Segundo essa “teoria”, as especificidades nacionais - como a língua, os usos e costumes, o modo de vida, os traços de caráter formados historicamente e refletidos na cultura de cada povo - teriam se convertido já em “barreiras”.

Segundo os “teóricos” revisionistas soviéticos, a desapareição dos traços nacionais constitui uma “lei” do desenvolvimento político-social nacional da URSS. No entanto, o marxismo-leninismo demonstrou e a prática confirma a existência de outra lei rigorosamente oposta nesse terreno. Naturalmente, a convivência de numerosas nações e nacionalidades em um Estado comum engendra certos traços e peculiaridades comuns. Mas a construção do socialismo na URSS de outros tempos, longe de suprimir as diferenças nacionais entre os povos e nacionalidades, levou a renascimento nacional dos povos antes esmagados sob o regime czarista. A “teoria” antileninista do “povo único soviético”, ao contrário, tenta justificar uma feroz política de assimilação e russificação.

Stálin tinha razão ao considerar que as diferenças nacionais e estatais entre os povos e os países subsistirão durante um longo período, inclusive após a instauração da ditadura do proletariado em escala mundial. Por isso - assinalava - “tratar de proceder a fusão das nações por meio de um decreto promulgado de cima para baixo, pela coação, significaria fazer o jogo dos imperialistas, desbaratar a obra de libertação das nações, jogar por terra o trabalho realizado para organizar a colaboração, a confraternização

nacional”. (J.V.Stálin, obras, vol.9, pág.342).

Sob a máscara da “homogeneidade nacional”, os revisionistas soviéticos adotaram medidas práticas de todo tipo para erradicar as peculiaridades nacionais dos povos e nações não russas, para negar-lhes os direitos nacionais mais elementares - de desenvolver sua língua e cultura nacionais, de conservar as tradições e costumes nacionais progressistas.

Os revisionistas soviéticos partem de uma suposta “superioridade indiscutível da nação russa” - superioridade que na realidade constitui um culto ao hegemonismo grão-russo. E consideram o amor dos povos não russos por sua cultura nacional, por suas tradições culturais e artísticas progressistas como gostos primitivos, “limitações e isolamento nacionais”, “preconceitos nacionais” e “tendências localistas”.

Ocorre hoje na URSS uma febril atividade pela supressão das particularidades nacionais. Adota-se medidas administrativas estatais, inclusive violentas, para assimilar os demais povos à “grande nação russa”.

Os pontos de vista chovinistas grão-russos nada têm de aberrações ocasionais ou opiniões de algum estudioso ou dirigente isolado. “As organizações sociais, as direções, os trabalhadores da ciência, da cultura e do ensino dos povos pequenos nas atuais condições devem insistir na união, na aproximação e fusão destes povos com as grandes nações socialistas, na resoluta superação das tradições de encarceramento, isolamento e atraso, mais ainda quando, na própria realidade atual da sociedade socialista soviética, a tendência histórica à consolidação nacional cede lugar cada vez mais à tendência para a assimilação pelas demais nações à sua volta” (“Socializm i Nacii”, Moscou, 1975).

Assim, os revisionistas soviéticos partem do conceito profundamente reacionário de uma oposição mecânica entre os povos grandes, “adiantados”, e os pequenos “atrasados” - carentes, segundo eles, de forças criadoras.

No Cazaquistão os cazaques já são minoria...

“No terreno da cultura - dizia Dimitrov - não há povos mais ou menos aptos. Não há povos capazes e incapazes. Cada povo, por menor que seja, está apto e pode trazer sua preciosa contribuição ao acervo geral da cultura mundial”. Em completa oposição a este princípio marxista-leninista, os revisionistas soviéticos negam a contribuição dos demais povos e nações, tão numerosos no Estado soviético.

tico, e conhecidos por tradições culturais inclusive mais antigas que as russas.

A furiosa campanha dos chovinistas grão-russos tem sua expressão na imprensa, que avança inclusive prognósticos sobre a próxima desapareição de algumas nações. E aparecem apelos como este: “Os representantes de cada nação devem trabalhar pela criação dos valores comuns, deixando de lado os limites nacionais no pensar, nas relações sociais, no seu modo de vida, nas tradições e costumes, ingressando assim na via da convivência internacional dos homens”. Revista “Voprosi Literaturi”, nº 3, 1977, pág.96).

Ultimamente, toma vastas proporções o processo migratório, que contribui para a política chovinista. Ocorrem grandes deslocamento de uma república para outra e em algumas delas se registrou uma marcada redução da população autóctone. Simultaneamente, há grande influência de migrantes de outras nacionalidades, fundamentalmente russos. Segundo autores soviéticos, em muitas repúblicas os russos ocupam o primeiro ou segundo lugar na composição da população. Na República Autônoma de Buriat, os buriats são apenas 22% da população, e os russos 73,5%. Na República Autônoma de Iakut, os iakuts representam 43% e os russos 47,3%. Na República do Cazaquistão, 4,2 milhões são cazaques enquanto 5,5 milhões são russos.

Um dos meios mais importantes para eliminar as características nacionais é ignorar as línguas maternais e propagar ao máximo a língua russa, cultuando-a como a única que serve não só ao aspecto funcional, para a comunicação entre pessoas de nacionalidades distintas, mas também como “a língua mais perfeita, mais rica e mais elaborada do mundo”, a “língua da edificação do comunismo e da educação do novo homem”.

Extraí-se disso conclusões tão absurdas como reacionárias, do tipo destas: “A prática demonstra que pode existir uma literatura nacional sem língua nacional”; “O escritor pode tratar um tema nacional sem necessidade de escrever na língua nacional”; “Só o russo garante o verdadeiro desenvolvimento da cultura e da arte, e só através desta língua se pode acompanhar e assimilar as conquistas da ciência”.

Ainda que se mencione formalmente o direito constitucional ao bilingüismo, na prática toda a propaganda e as medidas concretas visam a difusão máxima do russo. E a propaganda exulta com o “grande êxito do russo”, o “fim das línguas menores e sem perspectivas”.

“Mas é difícil e mesmo impossível suprimir as características nacionais com medidas administrativas e recorrendo à força. Os esforços da URSS

de hoje só podem suscitar crescente oposição e protesto por parte das nações não russas. Isto preocupa grandemente a clique revisionista, cujos dirigentes têm que admitir em discursos e escritos a existência de conflitos e contradições cada vez mais agudas, especialmente entre as populações autóctones georgiana, moldava, tadjik, estoniana.

A própria imprensa revisionista informa que 60% da população urbana e 80% da rural da Moldávia, Geórgia e Uzbequistão não querem trabalhar na mesma comunidade com pessoas de outras nacionalidades, russos na sua esmagadora maioria. E que a maior parte dos habitantes dessas repúblicas prefere enviar seus filhos a escolas na língua materna. (ver revista “Voprosi Istorii”, nº11, 1979, págs. 9/10).

A propaganda soviética reconhece numerosos e preocupantes problemas exigindo que se concentre todos os esforços na superação das barreiras determinadas pelos interesses nacionais. Uma revista soviética assinala que “a resistência dos vestígios nacionais tem sua base na compreensão errônea de fenômenos como o orgulho nacional e o caráter nacional”, para chegar a conclusão chovinista, cosmopolita e reacionária de que “o mecanismo decisivo para se enriquecer a cultura do indivíduo de uma cultura nacional” e a “assimilação dos valores de outra cultura nacional”, no caso concreto a cultura russa (ver “Filozofskie Nauki”, nº 5, págs. 6/7).

O conteúdo social de classe da questão nacional

Tentando ocultar a verdade histórica, os revisionistas soviéticos buscam a origem dos conflitos nacionais nos fatores étnicos ou religiosos, nas diferenças psicológicas entre pessoas de nacionalidades diferentes.

Enfocada deste modo, a questão nacional perde seu conteúdo social de classe e as relações nacionais são vistas como conflitos permanentes, que constituiriam a base do nacionalismo que pugna com a “ideologia e a política do internacionalismo proletário”. Na realidade, sob o mando do internacionalismo os revisionistas soviéticos defendem os estreitos interesses das classes dominantes burgueses-revisionistas. Porém o marxismo-leninismo ensina que a aproximação e união dos povos só se efetiva quando estes têm interesses comuns e direitos iguais, e isto se torna possível quando se derruba o regime burgues-revisionista.

Trechos do artigo “A desigualdade e a opressão nacionais, traço característico do atual Estado soviético”, do professor Vítore Ballvora, catedrático da Faculdade de História da Universidade de Havana, publicado na revista “Albânia Hoy”, nº 71. Título e subtítulo da redação da TO.

DE OLHO NO LANCE

A teoria da ESG

“Pela doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) nós não poderíamos aceitar os partidos clandestinos”, declarou com a maior desfaçatez o general Euclides Figueiredo, irmão do ex-ditador e ex-chefe do SNI João Batista Figueiredo. Ele poderia, para explicar melhor as orientações da ESG, dizer que esta teoria foi a que orientou o golpe de 1964 e os 21 anos de regime militar que a ele se seguiram. Os brasileiros gostariam muito de receber explicações mais detalhadas também sobre a importância dos escândalos Baumgarten, Mario Eugênio, Coroa Brastel, Capemi etc, na referida doutrina. Seria também aconselhável que o general falasse um pouco sobre a “Embaixada 10%” que o sr. Del-fim Netto montou em Paris e como estas coisas se relacionam com a dívida externa de 100 bilhões de dólares e com a inflação perto de 300% criada pela ditadura.

Estas coisas todas precisam ser muito bem discutidas. É para isto que o povo luta por uma Assembléia Constituinte, para pôr fim a estas concepções dos generais que regeram o país nas últimas duas décadas. A essência desta doutrina é a submissão completa ao capital estrangeiro no plano externo e o fascismo contra o povo no plano interno. A Constituinte mudará o Brasil e terá também que dar novos rumos para a ESG.



Os 1.200 estudantes promoveram um rico processo de discussão sobre a crise da Universidade brasileira

Seminário aprofunda debate sobre reforma universitária

Durante sete dias, cerca de 1.200 estudantes debateram em São Paulo as principais questões do ensino superior no país no 4º Seminário Nacional da Reforma Universitária. A UNE coordenou os trabalhos respaldada pela esmagadora maioria dos universitários que aprovaram suas propostas tanto no Seminário quanto no Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base), realizado a seguir.

“Este Seminário é um marco muito importante para o movimento estudantil brasileiro”, afirmou Renildo Calheiros, presidente da UNE, após o encerramento dos trabalhos, dia 30 de julho. “O processo de discussão que ele deflagrou - acrescenta Renildo - contribuiu para conhecermos muito mais a realidade da nossa universidade, as transformações que ela sofreu nestes 21 anos de regime militar e as mudanças que são necessárias”.

Para o aprofundamento das questões, a UNE editou neste semestre três números do jornal *Universidade*, onde se fez um levantamento da situação do ensino superior e apresentou suas propostas. Durante o Seminário, personalidades como os ministros Marco Maciel, da Educação, Aluísio Pimenta, da Cultura, o senador João Calmon, o deputado Aldo Arantes (ex-presidente da UNE), o professor José Arthur Gianotti, o físico José Goldemberg e outros contribuíram para enriquecer a discussão.

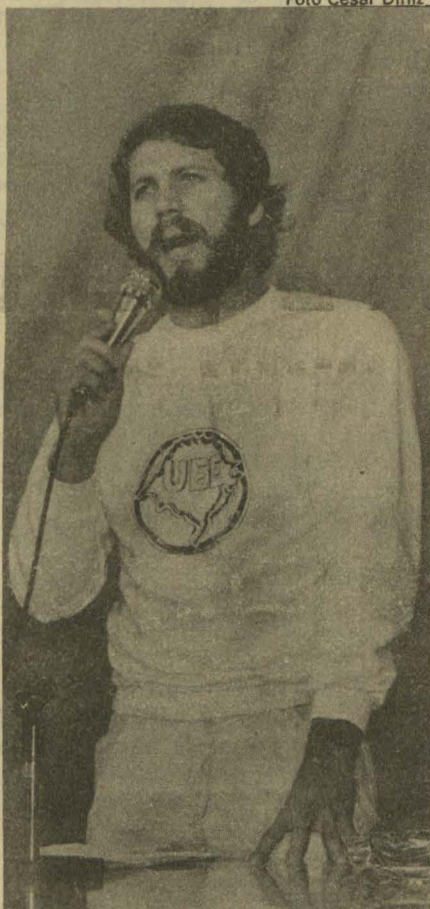
PALESTRAS E DEBATES

Os trabalhos foram exaustivos - de manhã à noite - mostrando todo o anseio da juventude em colocar a Universidade no seu leito, que é estar voltada para os interesses do povo. Este espírito de abnegação emocionou vários convidados (veja quadro). Para chegar a este resultado, a diretoria da UNE viajou para todos os Estados esclarecendo sobre os objetivos do Seminário e ouvindo sugestões.

O seminário consistiu de palestras centrais, com personalidades especialmente convidadas, e grupos de estudo divididos em três tópicos: financiamento, objetivos e democratização da universidade. Como o seminário não tinha caráter deliberativo, os debates apenas aprofundavam as questões levantadas. Os relatórios daí tirados foram novamente discutidos pelo Coneb, reunido nos dias 29 e 30, que aprovou as propostas majoritárias.

Estavam presentes no Coneb 539 entidades de base, fora vários DCEs e todas as UEEs (entidades gerais sem direito a voto), e uma maioria de integrantes da corrente “Viração” que aprovou todas as suas propostas. Correntes minoritárias, geralmente ligadas ao PT, e que não tinham nem um terço dos votos, se perderam em generalidades; sem propostas para a reforma da universidade, ficavam apenas em ataques à Nova República ou à diretoria da UNE.

Um fato que desagradou os estudantes foi o posicionamento aberto do jornal “Folha de São Paulo” contra a UNE. A “Folha” chegou a propor em editorial do dia 27 de julho que esta entidade não deve ser necessariamente a única representante dos universitários.



Renildo: “Um seminário vitorioso”

rios. Tal posicionamento não é aceito pela totalidade do movimento estudantil, que sempre reconheceu a UNE como a sua legítima representante.

PROPOSTAS APROVADAS

As propostas da UNE foram respaldadas com expressivas votações, em torno de 70 a 80% dos votos. Na questão dos objetivos da universidade os estudantes entendem que ela deve melhorar o nível do ensino, da pesquisa e extensão. Neste item foi consenso que as verbas devam ser aplicadas em pesquisas voltadas preferencialmente para a resolução das principais questões do povo.

Um dos pontos nodais da crise na universidade é o acesso da população de baixa renda ao ensino superior. Por isso o seminário apontou a necessidade de se aumentar as vagas na rede pública e gratuita, com a criação de cursos noturnos, que não existe hoje. Também foi aprovado que se deva aplicar imediatamente a Emenda Calmon e que haja um controle rigoroso nos lucros das universidades privadas.

Um dos principais pontos de pauta aprovados pelos universitários foi a exigência de se implantar a democracia dentro das faculdades, prevendo-se eleições diretas para reitor e demais cargos de direção, composição democrática dos órgãos colegiados e fim dos serviços de informação dentro das universidades.

Estas resoluções e as outras aprovadas serão entregues ao presidente da República, a todas as entidades democráticas e aos partidos políticos.

“Me emocionei com o seminário”

O senador João Calmon (PMDB-ES), autor da Emenda Constitucional que garante mais verbas para a educação, acompanhou com entusiasmo os trabalhos do Seminário da Reforma Universitária. Em entrevista exclusiva à *Tribuna Operária*, o senador falou sobre o desvio “criminoso” de verbas para a educação no governo Figueiredo; da campanha da UNE pela aprovação da sua Emenda e do Seminário.

TO: Senador, o que o levou a propor a Emenda Constitucional que destina mais verbas para a Educação?

Senador Calmon: A minha primeira proposta à emenda da Constituição foi em 1976. Lendo um livro da Unesco tomei conhecimento que o Brasil estava abaixo de 79 países em dispêndios públicos com a educação em relação ao PIB. Fiquei estarelecido com esta revelação e então resolvi apresentar a proposta restabelecendo uma vinculação obrigatória de um percentual mínimo dos orçamentos públicos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Propus o restabelecimento porque esta vinculação existiu nas nossas constituições a partir de 1934, sendo eliminado apenas na constituição de 1967. Infelizmente a minha proposta foi rejeitada no Congresso nacional por falta de quorum.

Em 1983, apesar de um novo casuísmo ter aumentado o quorum mínimo de votos necessários à aprovação de emenda à Constituição, passando de maioria simples para dois terços, eu reapresentei a minha proposta anterior, aumentando os percentuais mínimos para 13% da receita de impostos federais e de nunca menos de 25% da receita de impostos estaduais e municipais. No dia 25 de novembro de 1983 a proposta foi aprovada pelo Congresso e no dia 1º de dezembro foi promulgada pelo presidente do Senado.

Em 1984 já deveria ter sido cumprida a emenda, mas o gênio do mal que ocupava o ministério do Planejamento, sr. Delfim Netto, lançou mão de uma série de sofismas e mentiras para fugir ao cumprimento do que determinava o novo dispositivo constitucional. Ele alegava que a emenda necessitaria de uma regulamentação, quando na realidade,

de acordo com parecer unânime do CFE, ela era auto-aplicável e já estava em plena vigência.

No decorrer de todo o ano de 1984 foram desviados criminosamente da área de educação alguns trilhões de cruzeiros. Durante o ano passado o governo elaborou o projeto de regulamentação da emenda que foi enviada ao Congresso apenas em setembro, não podendo por isso ser aprovado. Somente no mês de junho do corrente ano de 1985 o Congresso aprovou o projeto de regulamentação da Emenda.

TO: Qual o papel desempenhado pelos setores organizados da sociedade - como UNE, Andes, Fasubra - na aprovação da Emenda Calmon?

Senador Calmon: Sem essa luta permanente, sem essa pressão da sociedade civil, de entidades tão representativas como UNE, Andes, Fasubra, não teria sido possível conseguirmos a mobilização de dois terços dos parlamentares para a aprovação dessa emenda.

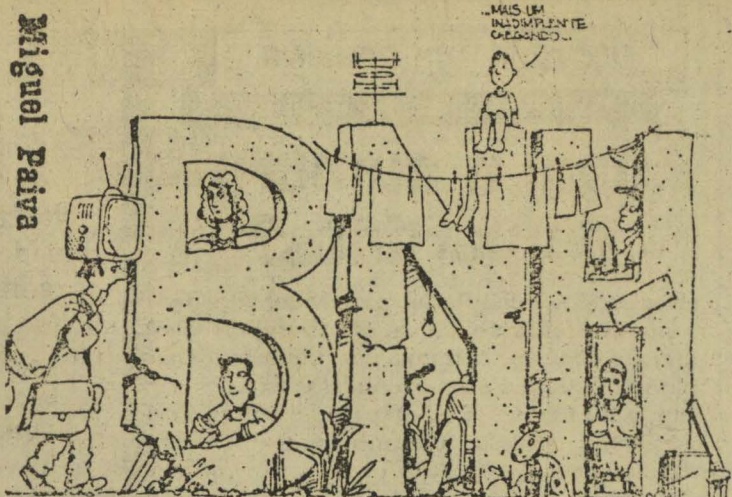
TO: O que está achando deste Seminário da Reforma Universitária?

Senador Calmon: Eu acho da maior importância essa iniciativa da UNE em promover um amplo debate sobre a universidade brasileira, com a participação não só de seus líderes mais representativos, mas de destacadas personalidades do ensino. Não foi um seminário sectário, nem intolerante, mas aberto ao debate amplo e democrático. Eu fiquei emocionado ao acompanhar os trabalhos do seminário, que se iniciavam às 9 horas da manhã e se prolongavam até às 23 horas.

Ao iniciar meu pronunciamento no Seminário agradei a contribuição inestimável da UNE na conquista de mais verba para a educação.



Senador Calmon: “Acho da maior importância essa iniciativa da UNE”



Semestralidade é um engodo do BNH contra mutuários

Os mutuários do BNH que optarem pelo reajuste semestral pagarão de 35% a 40% a mais nas suas prestações nos três primeiros anos. Este dado está na cartilha que acaba de ser lançada pela Coordenação Nacional dos Mutuários, desmascarando as mentiras propaladas nos anúncios veiculados maciçamente pelo BNH sobre as supostas vantagens de se optar pela semestralidade.

Para convencer os mutuários a optarem pelo reajuste semestral, o BNH montou uma grande campanha publicitária (gastando milhões de cruzeiros desnecessariamente), misturando mentiras e demagogia a fim de mostrar supostas vantagens da semestralidade. Tão interessados estão os promotores no sucesso da campanha que dilataram por mais dez dias o prazo concedido para os que quiserem optar pela mudança do contrato.

PROPOSTA ENGANADORA

Mas, cansados de serem ludibriados nas constantes mudanças ocorridas no BNH, sempre no sentido de prejudicá-los, os mutuários não estão indo nesta conversa fiada. Apesar dos diretores do BNH afirmarem que a maioria dos mutuários já tinham optado pelo reajuste semestral, a verdade parece ser outra. Segundo Heleno Januário, presidente da Federação dos Mutuários do Estado de São Paulo, “realmente está havendo uma corrida aos bancos, mas muito mais para se informar do que para optar”.

À primeira vista, o semestral pode parecer mais tentador, pois enquanto o aumento deste foi fixado em 112%, o anual foi para 246,3%, portanto acima do reajuste salarial. Estes percentuais provocaram uma grita geral entre os mutuários, que propunham 112% de reajuste, mas que permanecesse o sistema da anualidade, para compensar as perdas sofridas em 1983 e 1984.

LIÇÕES DA CARTILHA

De imediato, as associações de mutuários de vários Estados decidiram tomar algumas medidas, sendo que a principal delas era não pagar os 246,3%, não alterar o contrato e entrar na Justiça para pagar as prestações de acordo com a equivalência salarial. Os moradores já obtiveram consideráveis vitórias jurídicas contra os reajustes exorbitantes da casa própria - entre 1983 e 1984 cerca de 400 mil mutuários venceram na Justiça. Calcula-se que agora mais de um milhão de mutuários entrarão com ações na Justiça contra o BNH.

Como resposta a enganosa propaganda do BNH, a Coordenação Nacional dos Mutuários está distribuindo 700 mil cartilhas, relatando a verdade sobre o engodo do “semestral”. A semestralidade proposta pelo BNH acarreta dois tipos de prejuízo: pagamento a mais ao longo do período contratual e atrelamento da prestação aos aumentos dos salários.

Exemplificando. Um mutuário que tivesse a prestação média de Cr\$ 170 mil em junho/85 (faixa de rendimento entre 3 e 7 salários-mínimos) e “optasse” pelos 112% como semestralidade, pagaria a mais (baseando-se no índice de 190% anual, acatado pela Justiça) nos três primeiros anos, a quantia de Cr\$ 14 milhões, a preços correntes. Se a prestação média fosse de Cr\$ 300 mil em junho/85 (faixa de 7 a 15 salários), este pagamento a mais seria de Cr\$ 39,7 milhões. Portanto, o prejuízo de quem muda o contrato aumenta à medida que sejam maiores a inflação, o prazo do contrato ou valor do financiamento. (veja abaixo o quadro das perdas).

E a cartilha ainda esclarece: “Essa contribuição forçada que o BNH e seus agentes pretendem impor aos mutuários não se destina a financiar mais casas, nem à urbanização de favelas, mas tão somente à manutenção dos absurdos privilégios dos agentes financeiros”. (Veja a este respeito matéria na TO nº 227).

PRESERVAR DIREITOS

Os mutuários tem garantido por contrato três direitos básicos: equivalência salarial; a prestação pode subir no máximo até o limite dos reajustes salariais; prazo fixo: paga a última prestação, se ainda houver saldo devedor, este passa a ser de responsabilidade do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), para a qual o mutuário contribui; periodicidade anual: a prestação sobe só uma vez por ano. Nos últimos anos o BNH desrespeitou estas normas e com a Nova República os mutuários pretendiam repor estas perdas. O próprio governo havia reconhecido que as exigências dos moradores eram justas, mas sob pressão dos agentes financeiros recuou e armou uma armadilha: a semestralidade.

Nesta tabela estão os números comparativos, por semestre, entre a proposta semestral de 112% e o que se obtém reclamando na Justiça a aplicação correta da Equivalência Salarial desde Julho de 1983. Fica evidente que a partir do segundo semestre os prejuízos com a “semestralidade” são crescentes.

VALORES DAS PRESTAÇÕES MENSAIS		
Períodos semestrais	Faixa de rendimento: 7 a 15 SM	
	Semestral com 112% (1)	Justiça (2) anual
Janeiro/junho 85	300.000	300.000
Julho/dezembro 85	636.000	590.000
Janeiro/junho 86	1.083.000	590.000
Julho/dezembro 86	1.844.000	1.712.000
Janeiro/junho 87	3.140.000	1.712.000
Julho/dezembro 87	5.347.000	4.966.000
Janeiro/junho 88	9.106.000	4.966.000

(1) Após 112% em julho 85, aplicou-se o índice semestral de 70%.
(2) Para julho 85, tomou-se o índice de 96,83%, que nivela prestações e salários neste mês de julho 1983. Após o reajuste de julho 85, aplicou-se o índice anual de 190%, equivalente a 70% semestral.

Padre é morto em emboscada no Mato Grosso

O latifúndio faz mais uma vítima na luta pela terra. No último dia 24, o padre italiano Ezechielle Ramin foi assassinado numa emboscada no município de Aripanã, na divisa de Rondônia com o Mato Grosso. Ramin acabara de participar de uma reunião com os posseiros que ocuparam uma área inexplorada. Pouco depois foi emboscado e morto a tiros. Junto dele estava o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, Abílio de Sousa, que ficou ferido e teve que se esconder na selva.

O religioso, que era vigário em Ji-Paraná, vinha recebendo constantes ameaças dos grileiros locais. Seu trabalho pastoral junto aos posseiros e índios e as denúncias que fez contra a grilagem das madeiras ilegais, geraram grande ódio da reação.

JAGUNÇOS PRESOS

Por ordem do ministro da Justiça, as PMs dos dois Estados intensificaram as investigações e já detiveram quatro dos sete jagunços que participaram da ação criminosa. A polícia também confirmou que os mandantes do crime foram os proprietários da Fazenda Catuva - que se encontram foragidos. Por outro lado, o secretário de Segurança Pública de Rondônia prometeu punir os soldados da Delegacia de Cacoal que se recusaram a registrar o crime e perseguir os pistoleiros.

A revolta da população local é grande. Tanto que para transportar os assassinos para Cuiabá a polícia teve que montar uma verdadeira operação de guerra em Ji-Paraná, temendo o justicamento. O aeroporto da cidade foi cercado e a PM tomou o pequeno município.

Na região de divisa dos dois Estados a luta pela terra tem assumido contornos bastante violentos. Os grileiros e latifundiários, a partir do anúncio do Plano de Reforma Agrária da Nova República, armaram-se e tem feito constantes ameaças aos trabalhadores rurais.

Congresso dos Residentes obtém êxito

Foi realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre os dias 21 a 26 de julho, o XX Congresso Nacional de Médicos Residentes. "E teve grande êxito", segundo o presidente eleito para a Associação Nacional da categoria, Agnelo Queiroz, de Brasília.

Mais de 500 médicos residentes, entre eles cerca de 400 delegados, participaram, tornando o encontro "o mais representativo até hoje, apesar da falta de apoio do governo Brizola", disse Queiroz, acrescentando: "Este foi o nosso primeiro Congresso que contou realmente com delegados, expressando um considerável avanço organizativo. Os outros foram realizados à base de caravanas, sem mais critérios e sem discussão nas bases".

Duas chapas concorreram à eleição para a diretoria da Associação Nacional, uma delas formada pelas correntes trotskistas e petistas, que, entre outras coisas, eram contra o apoio ao Plano de Reforma Agrária do governo Sarney e levantaram bandeiras que, na prática, propõem a desestabilização da Nova República. Essas concepções e a chapa que as defendeu foram rechaçadas pela categoria, que aprovou o apoio crítico e independente ao governo da Nova República. O Congresso também deliberou realizar uma jornada nacional de luta em torno das reivindicações específicas da categoria, como piso de seis salários mínimos, estabilidade durante a residência e outros.

Greve vitoriosa dos motoristas baianos

Motoristas, cobradores, despachantes e fiscais das empresas de ônibus de Salvador realizaram greve de um dia, em 29 de julho, que paralisou quase 100% dos transportes coletivos da capital baiana. O movimento granjeou o apoio da população e obteve o atendimento parcial das reivindicações dos trabalhadores.

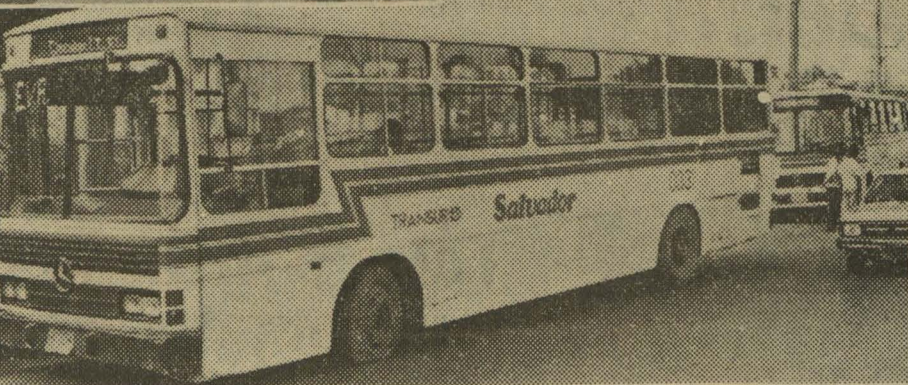
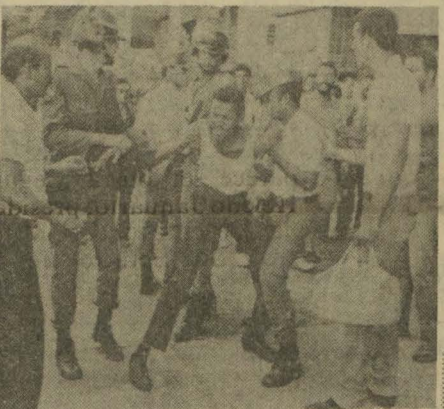
A categoria não suportava mais os míseros salários de Cr\$ 670 mil para motoristas e Cr\$ 335 mil para cobradores. Ainda estava sujeita à exploração ilimitada dos patrões, que obrigavam os funcionários a pagarem até os prejuízos causados pelos constantes assaltos a ônibus.

Os rodoviários exigiram inicialmente Cr\$ 2 milhões para os motoristas e Cr\$ 1 milhão para cobradores e despachantes. Os empresários, na mesa de negociação, queriam isenção do Imposto Sobre Serviço, limitação da quota de passes estudiantis a 10%, reajuste trimestral das tarifas... Enfim, pretendiam acabar com as conquistas populares, inclusive a tarifa-povão, alcançadas na revolta do quebra-quebra de 1981. Isso não foi aceito nem pelo prefeito biondo Manoel Castro, que teme a repercussão negativa entre o povo, já saturado com um dos piores serviços de transporte do país.

DEMONSTRAÇÃO DE FORÇA

Os patrões depois fizeram uma proposta que dividiu a categoria e acabou sendo aceita pelos grevistas: Cr\$ 1,5 milhão para motoristas, Cr\$ 1 milhão para despachantes e Cr\$ 750 mil para os cobradores. Estes últimos ficaram insatisfeitos com a decisão da assembleia, pois tiveram um aumento bem abaixo do reivindicado.

A greve demonstrou a força econômica e social da categoria. No dia da paralização os empresários deixaram de ganhar Cr\$ 2 bilhões, os proprietários das empresas



A polícia atacou os grevistas; pneus de ônibus foram furados

Patrões forjam greve e aumentam tarifa de ônibus

OPINIÃO

Lição da greve

Preparada arduamente pelos empresários, a paralisação parcial dos condutores de ônibus na capital gaúcha traz alguns ensinamentos. O mais importante é que a greve, principal arma dos assalariados na resistência à exploração, deve ter como objetivo maior aumentar a organização e o nível de consciência dos trabalhadores. Não pode de forma alguma servir aos interesses mesquinhos do patronato.

No caso de Porto Alegre, os empresários a incitaram artificialmente com o único fim de obter uma majoração das tarifas dos ônibus, ou seja, maiores lucros. A categoria se dividiu e o povo ficou contra os grevistas. Diferentemente da greve em Salvador, onde motoristas e cobradores cruzaram os braços para exigir aumentos salariais e ao mesmo tempo se contrapuseram com firmeza a idéia patronal do aumento das passagens. Lá os trabalhadores conquistaram a simpatia e o apoio da população, obtiveram vantagens salariais e, consequentemente, deram um salto no seu nível de organização e consciência.

intermunicipais perderam aproximadamente Cr\$ 4,5 bilhões. Cerca de 3 mil dos 12 mil operários do Pólo Petroquímico de Camaçari, deixaram de trabalhar por falta de transporte, causando prejuízos vultuosos para as empresas.

A greve angariou apoio da maioria das entidades e sindicatos de Salvador. O Partido Comunista do Brasil emitiu nota solidarizando-se com os grevistas, onde afirma: "As reivindicações ora levantadas pelos motoristas fazem parte da justa luta por retomar o poder aquisitivo dos trabalhadores, definida em assembleia da categoria. A greve surge como a forma de luta viável para pressionar os patrões e o governo no sentido do atendimento destas reivindicações há muito tempo levantadas. Ao governo caberia a intermediação para o atendimento das necessidades da categoria, e não a repressão policial contra os trabalhadores nas empresas".

Também a bancada de vereadores do PMDB deplorou a violência governamental em nota à população, repudiando "a repressão policial que se instalou contra os grevistas, inclusive com a prisão de algumas de suas lideranças, entendendo que a greve é legítimo instrumento de luta dos trabalhadores para vencer a intransigência dos empresários, ainda mais no momento em que a sociedade pôs fim ao regime de arbítrio e está a construir a democracia que a nação reclama".

Os 27 vereadores peemedebistas, liderados por Lídice da Mata, ainda reafirmaram "seu propósito de assegurar as conquistas da população no setor de transporte coletivo, a exemplo da lei da semestralidade, da meia-passagem para estudantes, do passe livre para idosos e deficientes físicos, que não se contrapõem nem comprometem o atendimento das justas reivindicações dos trabalhadores nem a melhoria do serviço prestado à comunidade".

(da sucursal)

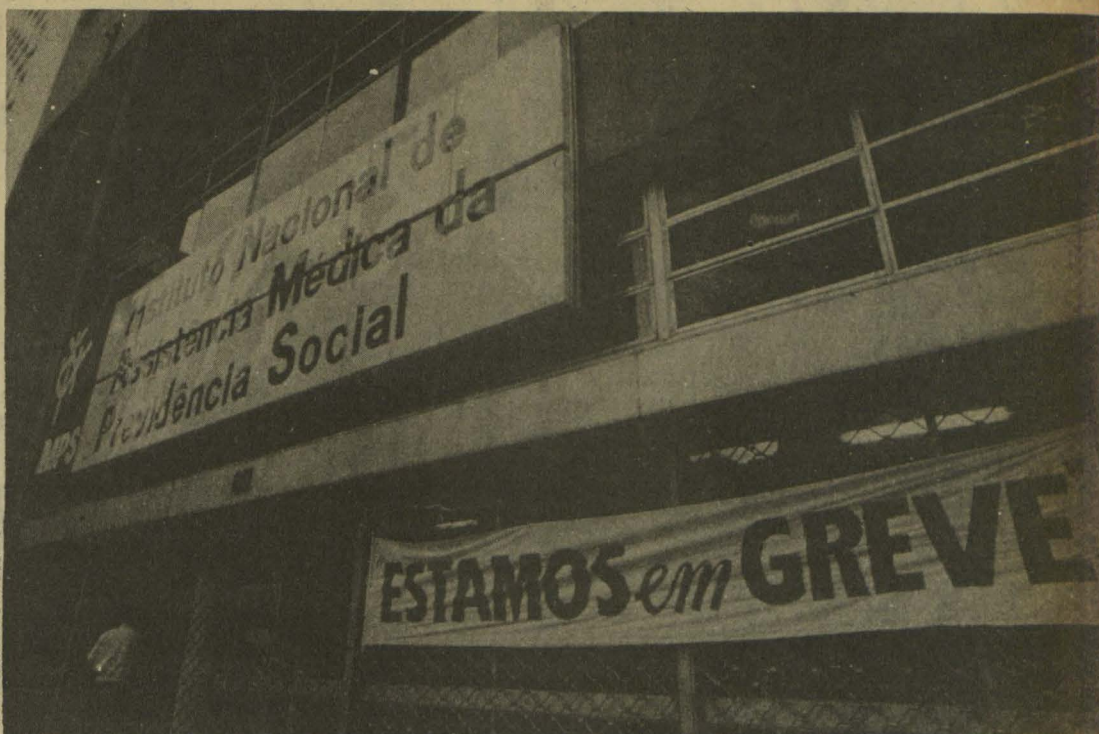


Foto Eduardo Simões

Os previdenciários paralisaram parcialmente o trabalho nos hospitais em 16 Estados

Governo recua na greve da Previdência

Após 28 dias de paralisação, o ministro da Previdência Social, Waldir Pires, recuou e resolveu negociar com os previdenciários. Na quarta-feira, dia 1º, o ministro prometeu conceder um adicional imediato de 20% sobre a maior referência salarial dos servidores e colocou seu cargo a disposição caso não cumpra seu compromisso.

O ministro também afirmou que reverá o plano de reclassificação de cargos e salários e que anulará punições feitas aos grevistas. Novamente reconheceu que a greve é consequência do achatamento salarial da categoria nos últimos 21 anos e se comprometeu a repor o poder aquisitivo dos trabalhadores. Com esta predisposição chega ao fim o impasse nas negociações na greve dos servidores da Previdência.

ASSEMBLÉIA SOBERANA

O Comando Nacional de Greve dos Previdenciários,

após reunir-se com o secretário-geral do ministro, propôs que os servidores aceitassem a proposta governamental e suspendessem a paralisação por um mês, "dando trégua ao governo". A proposta será agora discutida nas assembleias gerais nos Estados, que poderão ou não decretar o retorno ao trabalho a partir de segunda-feira, dia 5.

Até aqui o ministro vinha conduzindo as negociações de forma bastante inflexível. Nesta semana, inclusive, Waldir Pires determinou que a "remuneração dos grevistas fosse suspensa" e que

os funcionários que exercem cargos de chefias fossem exonerados. Segundo o Comando de Greve, em vários Estados ocorreram algumas punições, como no Rio, São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Só agora o governo recua, o que foi considerado uma vitória pelos previdenciários. Segundo Maria Lúcia Velloso, membro do Comando de paralisação em São Paulo, "a proposta formulada pelo ministro de 20% de abono não é das melhores, já que a gente reivindicava 80% de aumento. Mas o fato do governo resolver negociar, rompendo a intransigência, representa uma primeira vitória. Mesmo que as assembleias gerais acatem a proposta, a luta deverá prosseguir".

Chapa 2 quer devolver o Sindicato aos químicos

No final de agosto ocorrerão as eleições para nova diretoria do Sindicato dos Químicos de São Paulo, a segunda maior entidade operária do Estado com 60 mil trabalhadores na base. O pleito colocará em xeque a atuação da corrente sindical petista, que nos três anos de gestão esvaziou a entidade e não conseguiu mobilizar a categoria para suas lutas.

A corrente petista ganhou as eleições sindicais em meados de 1982 apresentando-se como chapa de oposição, canalizando o sentimento de mudança dos operários. Só que sua gestão foi desastrosa, o que causou sensível decepção entre os químicos e farmacêuticos paulistas.

Nos últimos três anos a categoria, que é uma das mais exploradas e aviltadas, não tem conseguido opor resistência aos patrões, principalmente devido às deficiências do seu órgão de luta. Atualmente o piso salarial é um dos mais baixos, sendo que em 1982 era o mais elevado entre os setores operários da capital. O acordo salarial do ano passado, por exemplo, foi o pior dos últimos tempos; a antecipação trimestral ficou bem aquém do restante dos setores da produção industrial. Enquanto isso, os empresários do ramo continuam faturando alto. Só os 80 maiores laboratórios estrangeiros tiveram um faturamento anual de cerca de 2 bilhões de dólares em 1984.

SEDE DE PARTIDO

Para Jacinto, José dos Reis, operário da Nitroquímica e encabeçador da chapa de oposição, "o principal fator do enfraquecimento da nossa categoria, do esvaziamento do Sindicato, é que a atual diretoria partidizou a entidade". Ele mesmo era membro da atual direção, com quem



Jacinto: "sede de partido"



Gilberto: "classe abandonada"

rachou há algum tempo. "Fiquei desiludido", lembra Jacinto, que raciocina:

- Fui um dos organizadores da chapa que venceu em 1982. Pensava que a oposição ia fortalecer o Sindicato. Mas me enganei. Logo começaram as demissões de funcionários do Sindicato só porque não se filiavam ao tal partido. Mandaram embora inclusive os médicos do Departamento de Doenças Profissionais que prestavam uma grande ajuda à classe, já que a insalubridade é um dos mais graves problemas nas fábricas. Aos poucos o Sindicato virou sede de partido político. Quem não rezava a cartilha do tal partido, não tinha vez na entidade. Com uma visão aventureira e irresponsável, a diretoria conduziu várias greves, justificadas por natureza, para o buraco. Isto esvaziou o Sindicato. Resultou nos piores acordos salariais. Hoje mais da metade das empresas nem cumprem o acordo".

Gilberto dos Santos,

membro da executiva da Chapa 2, completa: "Hoje o Sindicato nem parece da categoria, mas sim do PT. Sede, gráfica, funcionários, boletins do Sindiluta, tudo serve ao PT e à CUT. A categoria foi abandonada. Os diretores nem aparecem nas fábricas; colocam os boletins sindicais numa caixinha em frente às empresas ou entregam aos seguradoras da firma. Por isso o nosso slogan de campanha, 'Vamos devolver o Sindicato à categoria', tem encontrado receptividade junto aos companheiros. Muitos que votaram na atual diretoria, já se arrependem".

SINDICATO ESVAZIADO

A situação da entidade sindical dos químicos é visivelmente desastrosa. As assembleias, mesmo nos períodos de campanha salarial, não conseguem reunir mais de 100 trabalhadores. Apenas 12 mil operários são sindicalizados, sendo que tem havido um movimento espontâneo - e equivocado - dos associados pedirem desistência. Na fábrica Phebo mais de 20 trabalhadores pediram desligamento; o mesmo ocorreu na Avon.

Há menos de um mês das eleições, o eleitorado encontra-se dividido, conforme avaliação do comando da chapa de oposição. A situação tem utilizado a máquina do Sindicato e um forte aparato da CUT para fazer uma campanha eleitoral de mentiras e demagogias. Em algumas fábricas, como na Zona Sul da capital, espalha que a oposição é formada de comunistas; noutras afirma que são os antigos pelegos querendo retomar o Sindicato. "Tudo isto é mentira e mostra o desespero da diretoria", afirma Jacinto. "Nossa chapa é ampla, reúne lideranças das grandes fábricas. Somos contra o pelegismo, que é o inimigo do nosso Sindicato, mas também rejeitamos o divisionismo, a partidização do nosso órgão de classe".

40 lavradores morrem em acidente perto de Piripiri

O trágico acidente ocorrido ao meio dia do dia 20 de julho com caminhão do vereador Adolfo Ferreira dos Santos na BR-404 a 20 km da cidade de Pedro II matou mais de 40 lavradores.

Lavradores de todos os distritos concentram-se na cidade para efetuar suas vendas e compras nas tradicionais feiras nordestinas. O transporte dessas pessoas é feito em inadequadas carrocerias de caminhão.

No caso deste acidente, o caminhão contratado por Binor Mendes Frazão, que morreu juntamente com dois filhos ia transportar uma carga de madeira na volta do distrito de Malícias. No local do desastre,

ladeira do Felipe, já em 1974 morreram mais de 20 lavradores em outro acidente de caminhão que fazia o mesmo tipo de transporte. A estrada encontra-se em péssimo estado e figura em nossos mapas oficiais como estrada pavimentada.

O prefeito da cidade, Tomás Café de Oliveira, eleito pelo PDS, não prestou nenhuma ajuda aos acidentados nem decretou calamidade pública no município. O diretor do hospital local, médico Valmir Rodrigues de Oliveira, um dos possíveis candidatos a candidato à prefeitura apoiado pelo atual prefeito e familiares do falecido deputado federal do PDS Milton Brandão, teve o cuidado de alegar na tarde do acidente que o hospital estava sob controle. Recusou ajuda de médicos de cidade vizinha de Piripiri, por questões de disputa política.

O governador do Estado, Hugo Napoleão, limitou-se a doar os caixões para os mortos. Houve grande comoção da população da cidade, que com grande coragem prestou ajuda aos acidentados e seus familiares no hospital.

(V.M.O. - Piripiri, Piauí)



Além da fome enfrentamos em Bragança ameaça de despejo

Os moradores do Km-1 da estrada de Bragança, são posseiros de uma área que fica em frente ao terminal rodoviário de Capanema; a maioria vive lá há mais de dez anos, sendo que o mais recente está há quatro anos.

Como se não bastassem os problemas das precárias condições de moradia, a lama e as doenças que, com a fome, matam nos-

soz filhos estamos há algum tempo sofrendo outro tipo de pressão: é a ameaça de despejo. O fazendeiro Rasan de Queiroz Raios comprou a área de terra que fica nos fundos de nossa casa. A área é toda cercada, porém com nojo dos pobres e com a intenção de aumentar a sua fazenda, ele entrou com o processo na justiça para nos despejar.

O estranho é que nossas casas nem ficam na terra do Sr. Rasan, nem nos limites dos 15 metros estabelecidos pelo DER. Então estamos solicitando às autoridades, principalmente ao Governador do Estado, que nos assegurem o direito de morar e apurem a intenção do processo que o DER moveu contra nós com o objetivo de favorecer o fazendeiro

Rasan. No último domingo recebemos a visita do Deputado Estadual Paulo Fonteles que se prontificou a nos ajudar nessa luta. Esperamos que a Nova República venha acabar com estes abusos de latifundiários e pessoas que ocupam cargos públicos contra os interesses da coletividade. (Grupo de moradores do Km-1 - Capanema-Para) T 28/II

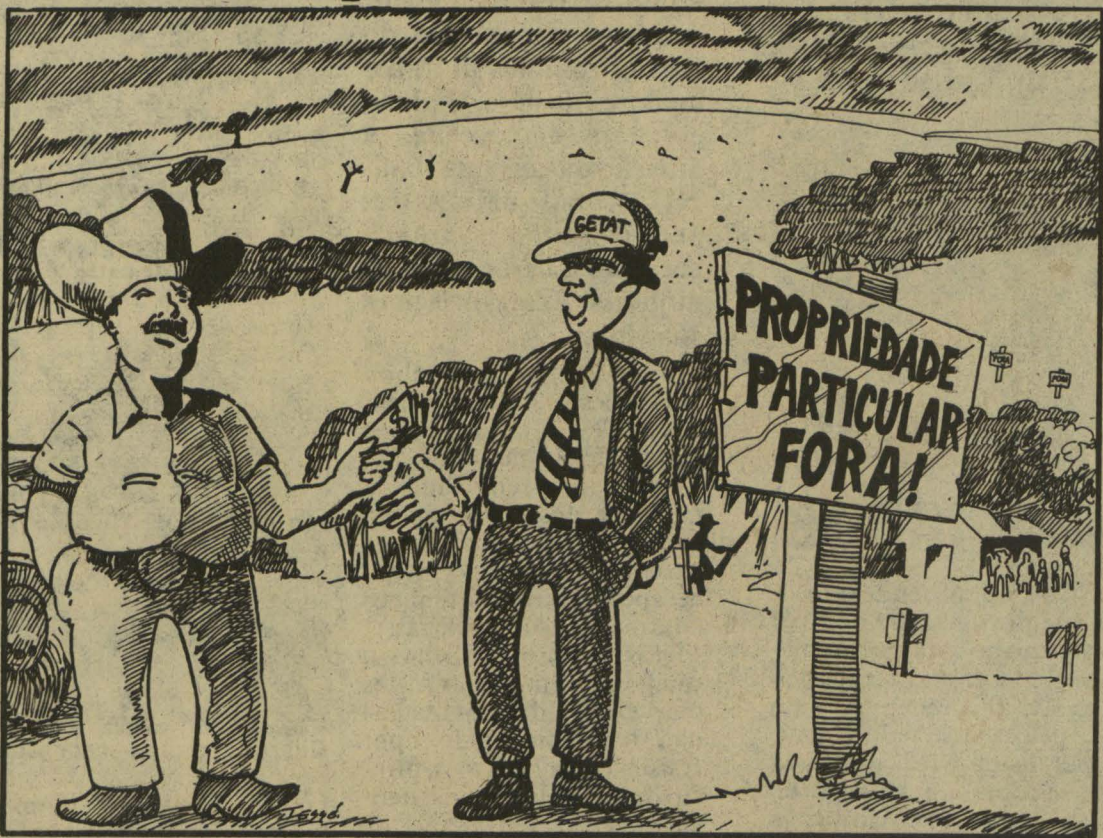
Aqui em Imperatriz jagunços ainda matam por brincadeira

Sendo nós posseiros na área de responsabilidade do Getat de Imperatriz, Maranhão e se encontrando prejudicados também aqueles que desde quando o Getat foi criado esperam receber lotes de terra, tomamos a responsabilidade de comunicar ao sr. Presidente da República para que tome providências em relação ao que vem acontecendo.

O "chefe" de Imperatriz, Dr. Reinaldo, é o principal responsável pelo prejuízo causado a todos nós que trabalhamos na terra. Ele não liga para os pequenos trabalhadores, só defende os grandes e ele próprio.

O sr. Elcir é um alto comerciante de Imperatriz, que tem seu comércio próximo ao Mercadinho. Ele possui uma área na gleba Jaó e ia perder mais da metade por não ter feito benfeitorias. Os topógrafos que estavam demarcando a área para loteá-la entre os pobres foram paralisados.

O sr. José de Assis, conhecido como Zé Guela, testa de ferro do sr. Jugurta, possui uma área mais ou menos de 9 mil hectares, sem nenhuma benfeitoria, mas desde 1983 o Dr. Uadir não permite que ela seja demarcada pra não sobrar nada para nós. E assim por



diante.

O Dr. Reinaldo defende tanto os grandes que chegou a ocorrer o seguinte: o sr. Faquine, da gleba Jaó, perdeu parte de suas terras que foram loteadas e entregues a nós. Não é que o Dr. Reinaldo mandou o sr. Faquine fizesse abertura em cima dos nossos próprios limites a fim de nos expulsar da área?! Por isso um companheiro morreu. Um pau da derru-

bada caiu de noite quando todos estavam no barraco. Outros ficaram feridos.

Aqui existe uma empresa chamada Sunil que possui uns 100 mil hectares. O Dr. Reinaldo recebeu duas carradas de madeira serrada para ser entregue a seu irmão em São Paulo, para facilitar a titulação das terras. Além disso o Dr. Reinaldo possui uma grande fazenda na gleba Frades. E aumentou ainda

mais suas terras comprando áreas dos vizinhos a preço de banana, prometendo conseguir para eles vinte alqueires para cada um no loteamento Getat.

Estamos com muito medo de alguma represália pois o Dr. Reinaldo é muito amigo de muitos pistoleiros em Imperatriz. E aqui nesta região se mata ainda por brincadeira. (J.G.S. - Açailândia, Maranhão)

A reforma agrária não é luta só de camponeses

Tancredo está presente. Ele nos dizia: não vamos nos dispersar, continuemos unidos! Ele sabia que desunidos não chegaremos a lugar algum. Por isso devemos nos unir, como foi feito na campanha das diretas já, como se fosse uma vigília cívica, se for preciso até com paralizações de protesto

contra os latifundiários que querem sequestrar e matar o ministro da reforma agrária Nelson Ribeiro, e o presidente do Incra, José Gomes.

Temos que dar todo apoio ao presidente José Sarney para prosseguir nesta luta, e evitar que os latifundiários contratem capangas para matá-los,

pois se isso acontecer e o povo não estiver unido, vamos ter que aguentar outros vinte e tantos anos de regime militar com ditadura e tudo o mais. E aí só Deus sabe quando vamos sair do cativeiro. Esta luta não é só dos lavradores. Não podemos nos esquecer de que é por causa do êxodo rural, que

se amontoam os desempregados nas cidades, dando assim, condições ao capitalismo de utilizar mão-de-obra barata para não dizer de graça, aumentando a fome e a miséria daqueles que precisam trabalhar para viver. (Um amigo da TO - Caraguatatuba, São Paulo)

Nesta semana o campo ocupou espaço de destaque no Fala o Povo. Há denúncias de acidentes com lavradores no Piauí, de grilagem em Bragança, no Pará e em Imperatriz, no Maranhão.

É que com a grita provocada pela proposta de reforma agrária, é necessário que os camponeses defendam seus direitos. E como afirma uma carta de um leitor de Caraguatatuba, a questão da reforma agrária não atinge apenas os trabalhadores do campo. Diz respeito diretamente aos trabalhadores urbanos, aos democratas e patriotas. Sem



fala o POVO

agricultura decente nenhum país se desenvolve. E a agricultura fica ao léu com o predomínio do latifúndio e dos grileiros. (Olivia Rangel)



Prefeito reacionário espanca professoras

As professoras Rosa Amarilis e Genilda Cavalcanti lecionavam nas Escolas Reunidas Princesa Isabel, loteamento de Boa Sorte, em Abreu e Lima. A escola apresentava rachaduras profundas nas paredes, colocando em perigo a vida de professores, funcionários e alunos.

O sr. Jerônimo Gadelha, prefeito de Abreu e Lima autorizou sob pressão da comunidade escolar a restauração das paredes, mas sem a vistoria dos engenheiros. Diante disso a comunidade escolar questionou as obras, com medo que a emenda saísse pior do que o soneto.

Ao tomar conhecimento dos protestos, que partiam principalmente da mestra Amarilis, Gadelha decidiu visitar as obras. E Rosa reiterou seus protestos. Inconformado, o prefeito esbofetou violentamente a professora diante dos alunos de tal forma que a agredida acabou caindo em cima da colega Genilda Cavalcanti. Esta solidarizou-se com Rosa. Não deu outra: ambas

foram afastadas de seus empregos. O Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco tem acompanhado os atos de protesto contra o prefeito de Abreu e Lima e dado assistência às professoras agredidas.

O sr. Jerônimo Gadelha é do PDS e conhecido por seus atos arbitrários: demissão de funcionários, acúmulo de cargos, determinação de baixos salários, não aceitação de atestados médicos, desrespeito aos feriados, derrubada de casebres e machismo.

Esse prefeito esbofetou a memória fraca e esqueceu-se que foi eleito para servir o povo e não para espancá-lo, demiti-lo, derrubar seus casebres e perseguir prostitutas.

Nesse sentido, todo apoio aos explorados e oprimidos de Abreu e Lima! Fora o prefeito fascista Gadelha, do PDS! (Professor Jurandir, diretor do Sindicato dos Professores - Recife, Pernambuco)

Forças Armadas não devem se intrometer na vida política

A decisão do Ministro do Exército General Leônidas Pires Gonçalves de mandar o Cix e o SNI fiscalizar a identidade ideológica dos funcionários do Mirad fere a Nova República, fere a democracia e os anseios de mudanças do nosso povo. Os generais sempre se colocaram na defesa dos interesses dos fazendeiros e latifundiários feudais. Por sinal foram os latifundiários uma das principais bases de sustentação da ditadura militar. Como cidadãos os militares têm todo o direito de defender qualquer linha política (isto é democracia); porém, como membro das Forças Armadas têm que acatar as ordens do chefe supremo das Forças Armadas que é o Presidente da República José Sarney e não tentar fiscalizar o próprio governo Sarney.

As Forças Armadas foram criadas com o objetivo de salvaguardar as nossas fronteiras e garantir a segurança dos cidadãos e não para se intrometer na vida política do país. Não serão as ordens do Ministro do Exército que intimidarão o governo e os trabalhadores. O próprio Presidente Sarney já afirmou que o plano de reforma agrária é irreversível e os trabalhadores estão mobilizados para garantir sua aplicação. É salutar nunca esquecermos que o Plano Nacional de Reforma Agrária é um plano tímido que não resolverá a problemática da terra em nosso país, mas representa um significativo avanço na luta do nosso povo pela conquista de uma reforma agrária antilatifundiária. (Paulo Roberto, membro do Setor Jovem do PMDB - Paratinga - Bahia)

Representante do PC do B é homenageado em Imperatriz

No dia 17, a pedido feito por ofício do vereador do PMDB, Pedro de Araújo Filho e reforçado pelo vereador José João Skett Seba do PDS o representante da Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil em Santa Inês, o professor Expedito Cruz, foi convidado a participar da seção ordinária da Câmara Municipal de Santa Inês. No momento foi expresso o apoio da maioria dos parlamentares presentes, onde ficou definido que não pode haver democracia no país com partidos na clandestinidade. O vereador Pedro Favares, do PDS, colocou: "Sinto-me muito alegre em ver, sentado na mesa de honra da Câmara, pessoas tão importantes como o professor Expedito Cruz, representante do PC do B, que se destacou na luta pela

democracia no Brasil".

Outros vereadores do PDS e futuros integrantes do PFL, tendo em mãos os documentos do PC do B chegaram a dizer em tom brincalhão: "Lendo os documentos do PC do B acho que eu vou ser comunista". O representante da Comissão teve a palavra franqueada pelo presidente da Casa Legislativa, vereador José Luiz de Souza. Usando a palavra falou sobre a trajetória de luta do Partido nas gigantescas manifestações pelas diretas e na campanha de Tancredo e destacou a posição do Partido sobre a Nova República que é consolidar a democracia e avançar nas conquistas que levam o país ao progresso. (Maurício Graciano, vereador da TO em Santa Inês, Maranhão)

Oportunidade para conhecer a obra de Lima Barreto

Bons livros na praça. A Editora Ática está lançando mais uma edição de "Os Bruzundangas", enquanto que a Editora Moderna lança o "Triste Fim de Policarpo Quaresma", ambas obras de autoria de Lima Barreto.

Lima Barreto foi um dos nossos mais consequentes escritores. Um intelectual essencialmente político, que denunciou em suas obras a corrupção, os mandos e desmandos da chamada "República Velha" - sua produção literária ocorreu no início

do século até 1922, quando faleceu. Tal como um Sherlock, Lima Barreto pegava um fato, aparentemente corriqueiro e sem importância para a partir desta "pista" dissecar o regime social vigente. Com humor, criava situações ridículas em que desmascarava burocratas, militares chefes de governo, ministros, deputados, senadores, jornalistas, escritores, todos eles irmanados na defesa da estrutura social vigente a qualquer preço.

Lima Barreto era mulato. Nasceu e morreu pobre. Foi um inconformado. A intelectualidade da época fez tudo para ignorá-lo. Sua admisão na Academia Brasileira de Letras foi recusada várias vezes. Até para editar seus livros teve dificuldades: o primeiro deles, "Recordações do Escrivão Isaías Caminha", foi impresso em Portugal

Quem quiser conhecer o que foi a "República Velha" tem que, obrigatoriamente, consultar Lima Barreto, pois não houve fato de alguma importância que escapasse à sua pena. Seus escritos são admiravelmente atuais. O leitor não deixará de estabelecer paralelos entre situações descritas naquela época e outras atuais.

Todo cidadão progressista deve conhecer a obra de Lima Barreto. E a oportunidade agora é excelente, pois as edições ora lançadas custam barato: "Os Bruzundangas" está sendo vendido por Cr\$ 6.500 e o "Triste Fim de Policarpo Quaresma" custa Cr\$ 6 mil. (Nilton Tornero)



Jogos universitários precisam de reforço

Três mil atletas eram esperados em Goiânia para os XXXVI Jogos Universitários (JUBS) realizados de 20 a 28 de julho. Entretanto, menos de 2 mil atletas participaram das competições. As causas desta presença aquém do previsto são diversas. Vão desde a estrutural falta de verbas para o esporte amador, passando pela conduta espúria dos cartolas, até o desinteresse das entidades estudantis por esta atividade.

O primeiro problema surgido foi a presença dos "gatos" nas delegações. São ex-estudantes e mesmo pessoas sem vínculo com as escolas atuando nas equipes. Dada a debilidade do esporte nas universidades, as delegações recorrem a este artifício. Isto gera uma competição desigual, já que algumas equipes são reforçadas com atletas profissionais, com melhores condições de treinamento. O fato visa, ainda, ocultar em certa medida o abandono do esporte amador.

No transcorrer dos jogos veio à tona um escândalo. Um atleta de Brasília denunciou um conchavo do Distrito Federal com Goiás para desclassificar a equipe de basquete masculino do São Paulo...

AUSÊNCIA DAS ENTIDADES

A União da Juventude Socialista acompanhou de perto os Jogos Uni-

versitários. Distribuiu um manifesto a todos os atletas, conclamando-os a reforçarem seus laços de união e amizade. Apontou a necessidade de se lutar para retirar o esporte amador da situação caótica em que se encontra.

Apresentou a todos a Campanha Nacional da UJS, por "Emprego, Esporte e Cultura". Opinou que o governo federal deve construir e ampliar centros esportivos, e ainda oferecer bolsas aos atletas que mais se destacarem nas escolas e nos jogos universitários. Como resultado deste trabalho, 50 esportistas de diferentes estados se filiaram à União da Juventude Socialista.

De público fazemos uma crítica fraternal às entidades estudantis. Elas estiveram completamente ausentes deste maior evento esportivo universitário. Sabemos que a ditadura militar usou o esporte, através das Associações Atléticas, para preencher o vazio deixado pelas tradicionais entidades que foram fechadas.

Mas agora, quando o próprio ministro da Educação comparece ao Seminário da UNE, fica provado que as entidades dos universitários podem e devem reivindicar sua participação e decisão sobre a organização dos próximos jogos universitários. (Adalberto Monteiro, da Coordenação Nacional da UJS)



Completam-se 40 anos, no próximo dia 6, do lançamento da bomba atômica pelos Estados Unidos em Hiroshima. Três dias depois, em 9 de agosto de 1945, seria a vez de Nagasaki, também vítima do criminoso bombardeamento americano. No total, foram mais de 400 mil mortos e feridos nas duas cidades. Até hoje pessoas da região sofrem as seqüelas da bomba.

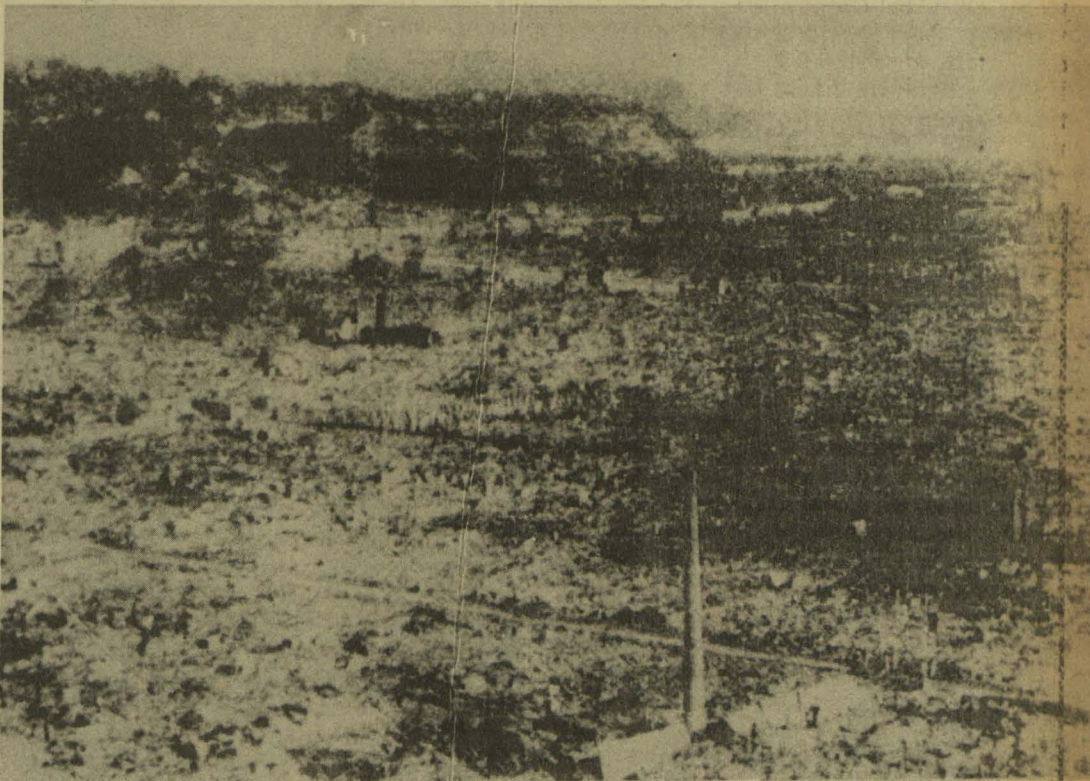
O ataque não visava simplesmente derrotar o Japão na Segunda Guerra Mundial, como alardeiam os EUA. Antes de tudo, seu objetivo era impedir a vitória das forças populares e democráticas sobre o regime fascista japonês. Vitória que se avizinhava, à medida em que a União Soviética de Stálin, baluarte do socialismo no mundo, preparava-se para declarar guerra ao Japão, de acordo com os compromissos assumidos na Conferência da Criméia entre governantes soviéticos, ingleses e norte-americanos.

IMPERIALISMO NA ÁSIA

As operações de guerra dos Estados Unidos e Inglaterra no Pacífico começaram em 1943, e eram dirigidas contra objetivos japoneses secundários, do ponto de vista estratégico. Iáques e britânicos atacavam somente as guarnições do Japão que se encontravam nas colônias da Grã-Bretanha e EUA, visando expulsar o concorrente japonês.

Estas ações visavam barrar também as lutas de libertação. Em novembro de 1943 tropas norte-americanas desembarcaram nas Ilhas Tawa e Makine (Ilhas

Massacre atômico completa 40 anos



Nada restou de Hiroshima. A cidade não era alvo militar, mas mesmo assim foi atacada

Gilbert-Ellice); em 1944, ocuparam alguns pontos de apoio nos arquipélagos da Micrôcia, e depois deslocaram as operações militares para as Filipinas. Ali, o comando ianque aprisionou os dirigentes do movimento de resistência que lutava contra os japoneses!

Essas operações pouco influíram sobre a situação no Japão. A marinha japonesa foi um pouco mais atingida que o exército, mas nada que tivesse importância decisiva para o desfecho da guerra. A última batalha dos ianques no Pacífico foi o desembarque na Ilha de Okinawa, em 25 de março de 1945. Depois, praticamente cessaram as operações contra o império nipônico. Um estrategista norte-americano, N.J. Spykman, escreveu, na época, que era necessário "manter a potência militar do Japão".

A partir do outono de 1944 a aviação norte-americana foi lançada contra as cidades japonesas. Na primavera de 1945 mais de 100 toneladas de bombas foram lançadas sobre 66 cidades. Contudo os alvos dessas incursões não eram militares e sim os bairros operários: 2,2 milhões de casas foram destruídas, 260 mil pessoas morreram, 412 mil ficaram feridas, segundo dados do governo japonês.

A região chinesa da Mandchúria, ocupada pelo Japão desde setembro de 1931, havia se transformado num parque industrial guerreiro dos fascistas nipônicos. Sua produção de carvão aumentou 2,5 vezes de 1935 a 1945; a produção de ferro-gusa multiplicou-se por sete nesse período. Também na Coreia o Japão produzia material bélico. Mas estas regiões não foram alvejadas pela aviação ianque, até que a União Soviética declarou guerra ao Japão.

Após a vitória sobre os nazistas alemães, em maio de 1945, a URSS se preparou para apoiar os aliados na guerra com o Japão, conforme o acertado na Conferência da Criméia. Só então os EUA resolveram recrudescer o ataque aos nipônicos, visando impedir o avanço soviético.

Foi quando os norte-americanos recorreram à bomba atômica. Ela foi lançada sobre Hiroshima no dia 6 de agosto. Mais uma vez, o alvo era civil, e não militar. A explosão ocorreu acima de uma ponte de cimento, situada no meio de casas onde estavam crianças evacuadas de Tóquio - uma violação das mais elementares normas de guerra. No dia 8, a União Soviética declarou guerra ao Japão. No dia 9, a bomba foi lançada sobre Nagasaki - outro alvo civil.

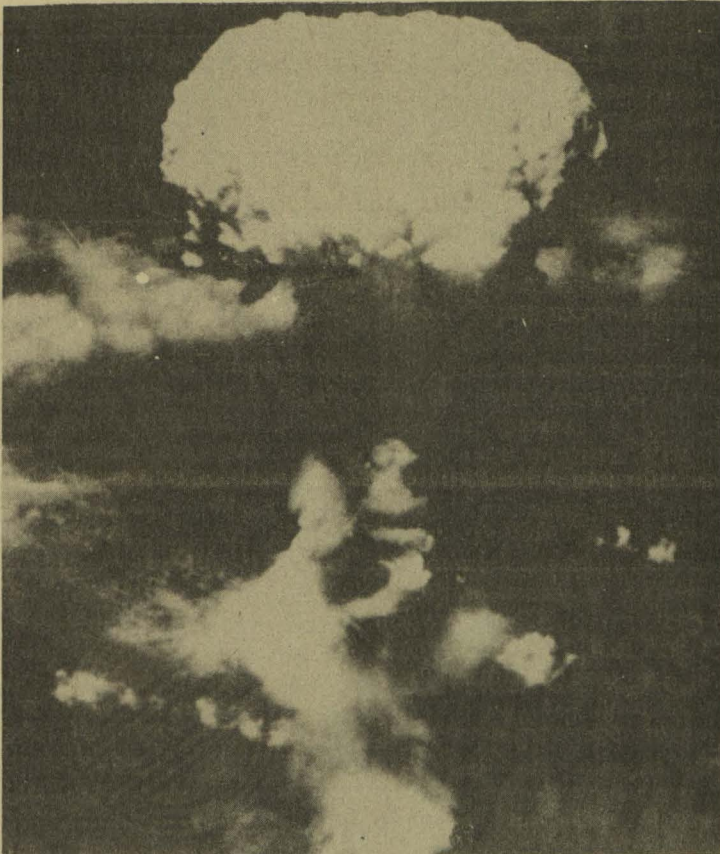
Ao entrar na guerra asiática, a URSS atacou o exér-

cito de Cuantung, na Mandchúria e na Coreia. De imediato, o Japão assinou a paz com os EUA. Mas manteve a guerra com os soviéticos. O general MacArthur, comandante em chefe das tropas aliadas na Ásia, aceitou a rendição japonesa. O presidente Truman anunciou que o Japão não seria dividido entre os países vencedores, como a Alemanha, mas ficaria sob o controle norte-americano. MacArthur levou ao tribunal de guerra e condenou à morte os generais Homa, Sadzima e Essaico que, em 1942, derrotaram a frota ianque nas Filipinas. Mas tomou sob sua proteção os especialistas japoneses "em assuntos russos". Mesmo assim a URSS venceu as tropas japonesas na Mandchúria e na Coreia, aprisionando cerca de 600 mil soldados.

Sobre as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, o ministro do Ar dos EUA, Finletter, confessou que elas visavam "colocar o Japão em nocaute, antes da entrada da URSS na guerra, ou pelo menos antes que a Rússia chegasse a provar sua participação nesta guerra". Outro militar norte-americano, o almirante Leahy, também admitiu que "o emprego dessa arma bárbara, tanto em Hiroshima como em Nagasaki, não nos trouxe qualquer utilidade na guerra contra o Japão". W. Churchill, dirigente inglês, afirmou igualmente ser "errado supor que a sorte do Japão foi decidida pela bomba atômica".

Como disse um analista inglês, as bombas em Hiroshima e Nagasaki não foram "o último ato militar da Guerra Mundial, mas o primeiro ato da guerra fria diplomática contra a Rússia". Isso porém já é uma outra história.

(Carlos Pompe)



O "cogumelo atômico" em Nagasaki, outro alvo dos EUA

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camacari: Rua José Nunes de Mattos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro, Juazeiro: Rua Américo Alves, 8-A - CEP 44080. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Espírito Santo - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 88, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguiar, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº390, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-8085 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARA - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calcadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428, Fone: 234-7484 - CEP 80000. Rio de Janeiro: Rua dos Andradas, 1204, 2º andar, sala 3 - CEP 90000. Piauí - Teresina: Rua Berroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 766 - Cidade Alta - R.M. CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 2º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048, CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 - Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua do Rosário, 135, sala 302 - Centro - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedroza, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 219, Caixa Postal 533 - CEP 13580. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilas, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviado Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-Up e Fotolito, Litarte Fotolitos Ltda. Fone: 279-3648. Impressão: Ciz Jorúes, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal, à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Anual (52 edições) ☐ Cr\$ 100.000
- Anual Popular (52 edições) ☐ Cr\$ 50.000
- Semestral (26 edições) ☐ Cr\$ 50.000
- Semestral Popular (26 edições) ☐ Cr\$ 25.000
- Assinatura trimestral (13 edições) ☐ Cr\$ 12.500
- Anual para o exterior (em dólares) ☐ US\$ 70

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Estado: _____
Profissão: _____
Data: _____

Faça cinco assinaturas e ganhe uma de brinde. Colabore com a Campanha Nova República da Fundação Maurício Grabois

Cidades apóiam a reforma agrária

Na primeira manifestação de rua pela reforma agrária ocorrida em São Paulo nos últimos anos, cerca de 3 mil trabalhadores realizaram uma passeata pelo centro da capital na sexta-feira, dia 26. A manifestação fez parte das programações do Dia Nacional de Apoio a Reforma Agrária, convocado pela Conclat (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora).

Ato público e passeata em São Paulo

Antes da passeata, houve um ato público na sede do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo que contou com a participação de 214 entidades sindicais, populares e estudantis. As caravanas de operários das fábricas da Zona Sul e este, assim como a dos trabalhadores rurais do interior paulista, foram um forte colorido à manifestação. Também estiveram presentes o diretor regional do Inera, José Eli, vários parlamentares.

A presença dos trabalhadores urbanos na luta pelo fim do latifúndio e pela imediata aplicação do Plano de Reforma Agrária da Nova República foi saudada por todos os oradores. Para José Franciso, presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), "os operários têm consciência de que a reforma agrária não interessa apenas aos camponeses, mas que é fundamental para as cidades. Que com a reforma agrária as condições de vida nos centros urbanos vão melhorar, com o fim do modo rural, a diminuição da violência das favelas, do arrocho salarial, do desemprego" (ver entrevista p. 10).

Jamil Murad, diretor do Sindicato dos Médicos, destacou a importância das manifestações de "como forma de enfrentar a violência dos latifundiários contra a reforma agrária". O sindicalista denunciou que "os reacionários ligaram para vários Sindicatos

de Trabalhadores Rurais dizendo que o ato tinha sido adiado, tentando desmobilizar a nossa manifestação". Informou também que no Rio Grande do Sul os latifundiários ameaçaram soltar boiadas contra os presentes no ato público, no mesmo dia. "Mas não será com ameaças que vão segurar a reforma agrária. Queremos o fim de todo o latifúndio, mas como primeiro passo lutaremos pela aplicação do Plano de Reforma Agrária do governo", concluiu o sindicalista.

Aos gritos de "A UNE vai lutar pela Reforma Agrária já", também falou o presidente da entidade nacional dos universitários, Renildo Calheiros, afirmando que "podem contar com os estudantes para enfrentar os latifundiários". Por último, Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e coordenador da Conclat, conclamou todos os sindicatos a realizarem manifestações pela reforma agrária nas suas cidades.

LATIFÚNDIO ESCRAVIZA

A combativa passeata encheu de esperanças as centenas de camponeses que viajaram vários quilômetros para participar do ato. Seu João Pereira de Oliveira, 74 anos, lavrador em Barretos, não continha seu entusiasmo: "Agora, com pressão, a reforma agrária sai. Nunca vi coisa tão bonita, todo este povão junto exigindo o fim da nossa miséria. Tem muita gente passando fome no campo, sem terra, sem trabalho, enquanto os latifundiários vivem só a explorar".

Adão Augusto, bóia-fria em José Bonifácio, considerou a manifestação "muito importante, uma ajuda grande do pessoal da cidade. Nós não queremos mais viver debaixo



Foto J.M. Gomes

Os paulistas realizaram uma passeata; no Rio, ato na Cinelândia (em cima).

dos pés dos fazendeiros. Queremos nossa terrinha para plantar". Ao encerrar a passeata, na Praça da Sé, todos gritaram "Agora é nossa vez, operário e camponês" e "um, dois, três, quatro, cinco, mil, o povo vai fazer a reforma agrária no Brasil".

No Rio, 5 mil participaram do ato dia 26

No Rio de Janeiro mais de 5 mil pessoas participaram do ato pela reforma agrária dia 26. Uma dezena de delegações camponesas do interior do Estado foram à capital participar da manifestação convocada pela Conclat-RJ. O Sindicato dos Metalúrgicos montou barracquinhas de convocação no centro da cidade durante toda a semana anterior ao ato.

As delegações de trabalhadores rurais traziam consigo mandioca, laranjas, bambus de cana e outros produtos da terra que trabalham, dando um colorido diferente à Cinelândia. Muitos camponeses carregavam no corpo cicatrizes de bala, marcas vivas da luta pela terra.

Dezenas de dirigentes de Sindicatos de trabalhadores rurais denunciaram, no trio elétrico que servia de palanque, as arbitrariedades sofridas pelos trabalhadores. Todos os oradores defenderam o plano da Nova República como ponto de partida para a reforma agrária mais ampla, que dê fim ao latifúndio. O delegado regional do Inera, Modesto da Silveira, prestigiou o ato.

O PC do B expôs no local murais e materiais sobre o problema do campo e a luta pela reforma agrária, tendo uma acolhida muito favorável por parte dos trabalhadores rurais.

Os gaúchos criam comitê unitário

Mais de 300 lavradores participaram do ato pela reforma agrária em Ajuricaba, Rio Grande do Sul, dia 25. O ato foi convocado pela Comissão dos Sem-Terra. "Queremos a reforma agrária antilatifundiária, que assegure terra, trabalho, apoio e assistência à imensa massa de camponeses privados dos meios de subsistência", diz o documento dos sem-terra lido na manifestação, que apoiou o Plano de Reforma Agrária da Nova República.

Em Porto Alegre, dia 25, foi criado o Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária, numa iniciativa da Abra, Contag, Fetag, CNBB, CPT e Cimi. Dezenas de entidades sindicais e democráticas se ligaram ao Comitê, inclusive o Partido Comunista do Brasil. O Comitê objetiva promover a discussão sobre a reforma agrária, debater seu plano regional, incentivar a formação de comitês municipais e colaborar no cadastramento de famílias de sem-terras e de áreas passíveis de reassentamento.



Foto César Diniz

Lavradores derrotam pelego em Conceição do Araguaia

Os lavradores reconquistaram seu sindicato em Conceição do Araguaia. No último dia 28 a chapa 2, de oposição ao arqui-pelego e interventor Bertoldo Siqueira de Lira, venceu no primeiro escrutínio e com maioria absoluta as eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Felipe Alves dos Santos, Felipinho, o novo presidente, destacou que "agora os lavradores reconquistam sua entidade. O importante não é a vitória de uma chapa ou a eleição de um presidente, mas a participação de todos os trabalhadores no Sindicato".

INTERVENTOR E GRILEIRO

Bertoldo Siqueira de Lira, o pelego derrotado, foi imposto à entidade pelo Exército, em 1976. Grileiro em Boa Sorte, sul do Pará, o interventor chegou a

ser testemunha de acusação contra posseiros, a favor da fazenda Marajoara, quando estava à frente do Sindicato.

Em 1980, os trabalhadores rurais organizaram uma chapa de oposição ao pelego. Um dos líderes dos lavradores, Raimundo Ferreira - o Gringo - foi assassinado dias antes do pleito. Num ato de protesto contra o assassinato do Gringo, uma faixa denunciava: "O povo de Rio Maria protesta contra Bertoldo, grileiro e ditador".

A oposição venceu as eleições. Mas o pelego conseguiu anular a votação e forjou um segundo escrutínio. Para garantir a manutenção de Bertoldo no Sindicato, até o general Figueiredo interveio no pleito, enviando o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura - Curió - para pressionar os camponeses a votarem na "chapa do governo". Polícia Federal, Inera, Getat, tudo foi mobilizado para impedir a vitória da oposição.

Atualmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia não tem a importância daquele período - quando possuía 12 mil associados. Sua base territorial foi diminuída. Localidades como Xinguara e Rio Maria constituíram seus próprios sindicatos, com diretorias combativas e sintonizadas com os interesses dos camponeses. O sindicato de Conceição do Araguaia ficou com 2 mil sócios. Mas continua sendo um símbolo na região. A vitória da chapa 2 foi conquistada por 289 votos contra 209. Não houve recurso contra o resultado. A posse de Felipe Alves dos Santos está marcada para 18 de agosto. (da sucursal)

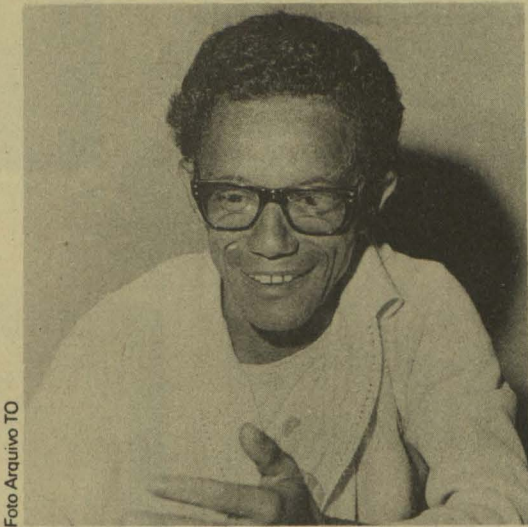


Foto Arquivo TO

"Grande marco na nossa luta"

"Esta passeata é um grande marco na luta pela reforma agrária, na aliança dos operários do maior centro industrial do país com os camponeses". Desta forma José Franciso, presidente da Contag, avaliou o ato da capital paulista. Sempre à frente da passeata, gritando palavras de ordem, Zé Franciso se alegrou com a manifestação.



Zé Franciso: "Ato devem se multiplicar"

Foto César Diniz

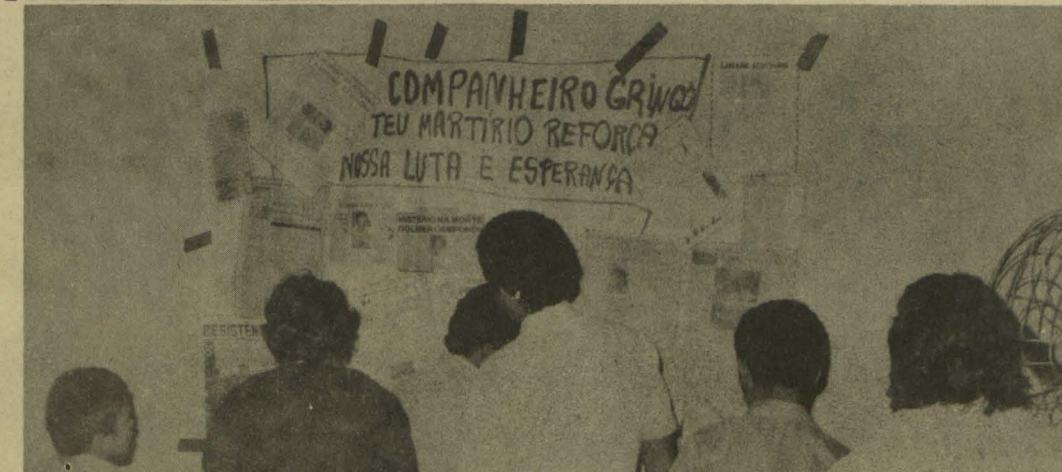
Para ele, "as mobilizações de rua pela reforma agrária devem se multiplicar por todo o país, das capitais até as mais distantes cidades do interior. Só desta forma estreitaremos a ligação dos trabalhadores urbanos com os rurais numa luta que é de todo o povo brasileiro. Só assim barraremos a investida furiosa dos latifundiários".

Segundo o presidente da Contag, "os reacionários tentaram inibir o governo federal, pressioná-lo para que o Plano Nacional de Reforma Agrária fosse arquivado, esquecido, mutilado. Fizeram um congresso milionário, forte campanha publicitária, estão se armando, ameaçando, matando lideranças rurais. Uma passeata como esta serve de contra-pressão. Com ela o governo vê que tem respaldo na sociedade e fica na eminência de decidir entre uma exigência de todo o povo e uma imposição de meia dúzia de latifundiários que não querem a afirmação democrática do país, que não querem o bem estar dos brasileiros".

José Franciso está confiante que o presidente José Sarney não recuará na decisão de aplicar o seu plano de distribuição de terras. Para ele, "o que faltou até agora foi maior

apoio político ao Plano do governo, que apesar de tímido é um primeiro passo no sentido da justiça no campo. O governo ficou só, sem sustentação. Os partidos políticos e o Congresso Nacional se omitiram, não se manifestaram em apoio à sua imediata aplicação. Ao contrário: a Comissão Mista do Congresso que estudou o plano chegou, lamentavelmente, a pedir o adiamento de sua aplicação."

Ele acredita que já está havendo uma reversão neste quadro. "Agora a gente começa a notar maior presença de parlamentares, das lideranças políticas de projeção, em apoio ao Plano, contra qualquer protelação dos prazos estabelecidos. A reunião dos governadores com Sarney é uma demonstração disto. Ao mesmo tempo o movimento sindical urbano e rural tem ido às ruas, aumenta a pressão. No Ceará ocorreu uma manifestação com mais de 10 mil pessoas. Na Bahia foi formado um amplo comitê de apoio à reforma agrária. Já estão programados atos públicos em vários Estados. Também temos pressionado cada parlamentar, exigindo um compromisso com o homem do campo. Precisamos é multiplicar estas ações".



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Gringo (foto no ato), assassinado em 1980, era um dos opositores a Bertoldo